



Dissonância

revista de teoria crítica

ISSN: 2594-5025

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Universidade Estadual de Campinas

www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/teoriacritica

Título	Os primórdios de “modo de produção” de Karl Marx
Autor	Sarah Johnson
Tradutor	Olavo Antunes de Aguiar Ximenes
Fonte	<i>Dissonância: Revista de Teoria Crítica</i> , v. 2 n. 2, Dossiê Marx & Simmel, 2º semestre de 2018
Link	https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/teoriacritica/article/view/4112

Formato de citação sugerido:

JOHNSON, Sarah. “Os primórdios de “modo de produção” de Karl Marx”. Tradução de Olavo Antunes de Aguiar Ximenes. *Dissonância: Revista de Teoria Crítica*, v. 2 n. 2, Dossiê Marx & Simmel, 2º semestre de 2018, p. 361-434.

OS PRIMÓRDIOS DE “MODO DE PRODUÇÃO” DE KARL MARX

Sarah Johnson*

*Tradução de Olavo Antunes de Aguiar Ximenes***

Revisão de Lutti Mira e Fernando Bee

RESUMO

Este artigo reexamina as primeiras concepções de história de Marx ao retornar aos seus manuscritos de 1845-6, há muito conhecidos como *A ideologia alemã*. Nas interpretações convencionais desses manuscritos, Marx procurou explicar todo processo histórico por meio de uma teoria do desenvolvimento sistemático das forças produtivas. Este artigo revela que essa preocupação foi um artefato das práticas editoriais subsequentes e argumenta que uma preocupação diferente animava os manuscritos para o próprio Marx – a saber, compreender a natureza das épocas individuais, particularmente a atual, algo que ele duvidava que uma teoria geral da história poderia ajudá-lo a fazer. Em “São Max”, talvez o mais negligenciado destes primeiros manuscritos, Marx desenvolveu o conceito de “modo de produção” numa lente histórica, que poderia ajudar o trabalho da crítica social ao colocar em foco como o tempo presente é constituído e poderia ser constituído de outra maneira.

* Sarah Johnson é Harper-Schmidt Fellow em Society of Fellows, Universidade de Chicago. Contato: sej@uchicago.edu.

** Olavo Antunes de Aguiar Ximenes é mestre em filosofia pela Unicamp. Contato: oaaximenes@gmail.com.

Por quase um século, estudiosas e estudiosos se voltaram para *A ideologia alemã* para descobrir “a primeira e mais abrangente declaração” da teoria da história de Karl Marx.¹ Porém, a narrativa que tem acompanhado esse livro através de suas muitas edições e traduções é tão famosa quanto as suas teses: de que Marx e Friedrich Engels começaram a escrevê-lo no outono de 1845, de que seu acordo de publicação caíra por terra, e que, devido a isto, eles “abandonaram o manuscrito à crítica roedora dos ratos” no verão seguinte.² Em algumas edições, as leitoras e os leitores também aprendem que Marx e Engels tinham terminado naquela altura a maior parte do livro deles, mas não “I. Feuerbach” – o capítulo de abertura e o lugar de suas apreciadas discussões da história. Algumas vezes estes leitores aprendem que os editores soviéticos deram, por fim, um sentido para o rascunho substancial, embora desnorteante de “I. Feuerbach”, e que eles publicaram em 1932 a primeira versão completa d’*A ideologia alemã* na *Marx-Engels-Gesamtausgabe* (MEGA) I/5. Contudo, o fim da narrativa é sempre o mesmo: com a publicação póstuma desse livro, estudiosas e estudiosos de Marx conquistaram “uma

¹ Cf. R. Pascal, “Introdução”, em Karl Marx e Friedrich Engels, *The German Ideology*, Parts I and III (1939: ix–xviii; ix).

² As citações são do balanço retrospectivo de Marx dos dois volumes sem título que ele e Engels escreveram em Bruxelas. Cf. Karl Marx, *A Contribution to the Critique of Political Economy* (texto de 1859), em Karl Marx, Frederick Engels: *Collected Works* (MECW), 50 vols. (1975–2004). Cf. Vol. 29 (1987: 261–417; 264). As afirmações presentes nestes parágrafos podem ser encontradas, no todo ou em partes, ao longo de inúmeras edições da *Ideologia Alemã*, por exemplo, Adoratskij (1932: ix–xi); Pascal, “Introduction,” (1939: xiv–xv; xvii); Institut für Marxismus-Leninismus beim ZK der KPdSU, “Vorwort,” em Karl Marx e Friedrich Engels, *Werke*, vol. 3 (1958: v–xii; vi–vii; xi); Lev Churbanov, “Preface”, em MECW Vol. 5 (1976: xiii–xxvi; xv, xvii, e xxv); Robert Tucker, ed., *The Marx–Engels Reader* (1978: 146). Cf. também Peter Osborne, *How to Read Marx* (2005: 35–6).

de suas [de Marx] maiores realizações” e de fato “a primeira obra reconhecidamente ‘marxista’”.³

Mesmo em sua forma mais enxuta essa narrativa é agora insustentável. Ao longo da segunda metade do século XX, uma série de descobertas notáveis refutou seus detalhes fundamentais e revelou o quão pouco estudiosas, estudiosos e editores compreenderam sobre os manuscritos de Marx de 1845-6.⁴ A gravidade desta incompreensão fica evidente na MEGA² I/5, onde os manuscritos foram publicados mais uma vez em 2017, embora numa forma incomum.⁵ Nesta edição, não é mais possível ler “I. Feuerbach” ou *A ideologia alemã*; eles simplesmente nunca existiram, ou ao menos não como obras de Marx e Engels.⁶ Em vez disso, ambos foram feitos e refeitos no século XX na medida em que os editores tentavam restaurar o projeto que Marx e Engels empreenderam juntos em Bruxelas. Nós sabemos agora

³ Cf. respectivamente David McLellan, ed., *Karl Marx: Selected Writings* (1977: 159); e C. J. Arthur, “Editor’s Introduction”, em Karl Marx e Frederick Engels, *The German Ideology*, Part One, ed. C. J. Arthur (1970: 4-34; 4).

⁴ Cf. Terrell Carver e Daniel Blank, *A Political History of the Editions of Marx and Engels’s “German Ideology Manuscripts”* (2014: 61-97).

⁵ Karl Marx, Friedrich Engels *Gesamtausgabe* (MEGA²), Seção I, vol. 5 (2017). Versões iniciais de alguns itens neste volume foram publicadas em Inge Taubert e Hans Pelger (2004: 6–137). Para uma tradução em inglês e uma apresentação alternativa de alguns dos conteúdos do *Jahrbuch*, cf. Terrell Carver e Daniel Blank, eds., *Marx and Engels’s German Ideology Manuscripts: Presentation and Analysis of the “Feuerbach chapter”* (2014: 34-381). Para uma avaliação muito crítica de como os manuscritos foram, por fim, ordenados na MEGA² I/5, cf. Terrell Carver, “Whose Hand Is the Last Hand? The New MEGA Edition of ‘The German Ideology’,” *New Political Science* 41/1 (2019: 140-48).

⁶ Cf. Taubert e Pelger (2004: 7*-8*); Terrell Carver, “The German Ideology Never Took Place,” *History of Political Thought* 31/1 (2010: 107-27); Carver e Blank, *Political History* (2014: 1–2); Ulrich Pagel, Gerald Hubmann, e Christine Weckwerth, MEGA² I/5: *Apparat* (2017: 725–6; 832).

que, ao fazer isso, estes editores fabricaram um livro a partir de artigos que foram escritos para um projeto de revista desafortunado.⁷ Nem Marx, nem Engels jamais escreveram um título unificador nesses manuscritos, fosse “A ideologia alemã” ou outro, nem mesmo quando Engels catalogou-os para constar em seu próprio espólio literário.⁸ E apesar da pretensão de escrever uma crítica de Ludwig Feuerbach no verão de 1846, eles escreveram apenas alguns poucos parágrafos com vista a isso. O que ficou conhecido como o extenso rascunho de “I. Feuerbach” não é um manuscrito de tipo algum; mas apenas um amontoado de fragmentos, cuja maior parte eram sobras de suas críticas de Bruno Bauer e Max Stirner.⁹ Que nós tenhamos lido estes fragmentos como um “capítulo”, como se eles fossem governados por um propósito comum e claro, é devido a intervenções que as leitoras e os leitores nem sempre conseguem perceber. Os editores embaralharam esse amontoado, moveram parágrafos e sentenças, e empacotaram esse material em seções apropriadamente intituladas.

E, desta maneira, na MEGA² I/5, onde não encontramos *A ideologia alemã* e suas partes mais famosas, nós nos confrontamos com os manuscritos de Marx de 1845-6 como ele e Engels os deixaram. Ao lado das críticas completas a Bauer, a Stirner e ao socialismo alemão, foram desmembrados pela primeira vez os

⁷ Cf. Golowina (1980).

⁸ Carver, “*The German Ideology*” 112; Pagel, Hubmann, e Weckwerth, *Apparat*, (2017: 784). Sobre a origem do título *A Ideologia Alemã*, cf. Carver, “*The German Ideology*,” (2010: 110–15).

⁹ Carver e Blank, *Political History* (2014: 79–81); Pagel, Hubmann, e Weckwerth, *Apparat* (2017: 833).

fragmentos que outrora constituíram “I. Feuerbach”. Desse modo, estamos igualmente diante de um problema significativo, porque quando “I. Feuerbach” se desmantela, o mesmo ocorre com a sua teoria da história. Embora os meros fragmentos ainda registrem o pensamento de Marx, eles sofrem para dar suporte à série de conclusões que foram extraídas do “capítulo”, no qual os editores atribuíram a esses fragmentos intenções e conexões que não lhes eram próprias. Esse problema, no entanto, oferece por sua vez uma oportunidade, qual seja, ler de uma outra forma os manuscritos de 1845-6. Quando estes manuscritos foram lidos como *A ideologia alemã* poucas estudiosas e estudiosos foram além de “I. Feuerbach”, que supostamente continha a essência do livro, mesmo em seu estado “incompleto”. Em muitas edições, as outras críticas foram resumidas ou excluídas por completo. A perda de “I. Feuerbach” é assim uma ocasião para estudar os manuscritos que Marx de fato escreveu com Engels em 1845-6. Mas é também muito mais do que isso. É uma chance de parar de tratar esses manuscritos como partes de um livro a cujos objetivos eles serviriam, e cujos objetivos lhes dariam sentido e coerência; e, em vez disso, é uma chance para lê-los, como contribuições que são relacionadas, mas distintas para uma revista, – como artigos nos quais Marx investigou problemas diferentes e criou possibilidades diferentes para o seu pensamento.¹⁰ Adicionalmente, é uma chance para estudar os frag-

¹⁰ Estou recorrendo aqui à sugestão de D. F. McKenzie de que “formas afetam o sentido” e ao engajamento de Roger Chartier com essa ideia, particularmente sua afirmação de que novas formas de publicação podem mudar o que as leitoras e os leitores esperam dos textos, junto com como eles leem, interpretam e usam esses textos. Cf. D. F. McKenzie, *Bibliography and the Sociology of Texts* (1986: 4); Roger Chartier, *The Order of Books*, trad. Lydia G. Cochrane (1994: 1-23); Chartier, *On the Edge of the Cliff*:

mentos existentes à luz desses esforços. E ao ler os manuscritos dessa forma, podemos nos perguntar, como se fosse pela primeira vez, o que eles revelam sobre a concepção de história de Marx. Meu objetivo é recuperar algumas dessas intuições [*insights*] aqui.

Tomando por base a ordem convencional dos fragmentos soltos, as leitoras e os leitores por muito tempo chegaram à conclusão de que em 1845-6 Marx procurou explicar “todo o processo histórico”, e de que ele completou essa tarefa em “I. Feuerbach” ao mostrar que a história se desenrola por meio do desenvolvimento sistemático das forças produtivas.¹¹ Contudo, os fragmentos desagregados e os manuscritos completos revelam uma preocupação bem diferente – a saber, que Marx procurava compreender a natureza das épocas individuais, e que ele duvidava que uma teoria geral da história poderia ajudá-lo nesta empreitada. A preocupação de Marx com as épocas históricas teve origem em seus artigos para o *Deutsch-Französische Jahrbücher* [Anais Franco-Alemães] (1844) e na abordagem para a crítica que ele esboçou neles. Ele argumentou ali que uma crítica poderia contribuir para o projeto de transformação social somente na medida em que prestasse atenção nas condições presentes e elucidasse os desejos característicos e as possibilidades de futuro que elas contêm. Naquele momento, ele buscava o conhecimento do presente por meio da forma política que prevalecia nele. Porém, Marx começou a avaliar o presente de forma diferente entre 1844 e 1846 na medida em que ele escrutinava os

History, Language, and Practices, trad. Lydia G. Cochrane (1997: 81-9).

¹¹ A citação é de Churbanov, “Preface,” (1976: xviii).

métodos da crítica filosófica alemã e enfrentava uma questão fundamental para a sua própria abordagem em relação à crítica: como podemos chegar a conhecer qualquer período da história, inclusive e especialmente o nosso próprio? Conforme ele elaborava as maneiras pelas quais os filósofos haviam falhado em compreender as épocas, Marx desenvolveu o conceito de “modo de produção” numa lente histórica, uma que traz à tona a natureza específica de uma época ao focar em como ela é constituída e poderia ser constituída de outra maneira. Ao fazer isso, inclusive, ele usou o conceito de maneiras que prenunciam seu uso tardio em sua crítica da economia política da maturidade. Após esclarecer como os editores obscureceram a preocupação de Marx com a especificidade histórica nos manuscritos de 1845-6, eu vou acompanhar o desenvolvimento inicial de seu “modo de produção” para mostrar como ele começou a desempenhar seu papel característico ali. Essa história começa em 1844, quando o termo surgiu nos cadernos de Paris de Marx, e culmina em sua crítica de Max Stirner.

Marx dedicou mais tempo a “São Max” do que a qualquer outra crítica em 1845-6 e ela é de longe a mais longa, ocupando 318 páginas da MEGA² I/5 enquanto o segundo manuscrito mais longo se estende somente por 42. Ela é também pouco lida e amplamente desprezada. Biógrafos escreveram mais sobre seu tamanho desmedido, tédio e piadas ruins do que sobre as suas teses, as quais são de maneira análoga raramente examinadas na

bibliografia mais ampla sobre Marx.¹² Porém, como Sven-Eric Liedman e os editores da MEGA² recentemente pontuaram, Marx elaborou ideias em “São Max” às quais ele retornaria ao longo de sua vida.¹³ Entre essas, escreve Liedman, está uma peça crucial do que viria a ser conhecido por “concepção materialista de história”, a tese de que as ideias estão enraizadas nas condições sociais e materiais e devem ser estudadas em relação a elas.¹⁴ De fato, Marx faz essas e outras observações em “São Max” que são familiares a “I. Feuerbach” – por exemplo, a de que em todas as épocas há uma relação direta entre as formas de propriedade e as forças produtivas.¹⁵ E, todavia, nós não devemos ficar tentados a ler “São Max” pela teoria de história que “I.

¹² Por exemplo, Franz Mehring, *Karl Marx: The Story of His Life* (1918), trad. Edward Fitzgerald (1973: 110); Isaiah Berlin, *Karl Marx: His Life and Environment* (1939: 125-6); David McLellan, *Karl Marx: His Life and Thought* (1973: 148-50), 148-50; Jonathan Sperber, *Karl Marx: A Nineteenth-Century Life* (2013: 166-7); e Gareth Stedman Jones, *Karl Marx: Greatness and Illusion* (2016: 189-90). Sperber e Stedman Jones reconhecem a influência de Stirner sobre Marx, mas não consideram o papel de “São Max” dentro do desenvolvimento intelectual de Marx. Sidney Hook tampouco, a despeito de sua longa discussão do manuscrito em *From Hegel to Marx: Studies in the Intellectual Development of Karl Marx* (1936: 163; 173-85). Em contraste, Sven-Eric Liedman desenvolve esta questão em *A World to Win: The Life and Works of Karl Marx* (2015), trad. Jeffrey N. Skinner (2018: 182-91). Outros esforços para ponderar o significado de “São Max” incluem H. Arvon, “Une polémique inconnue: Marx et Stirner,” *Les temps modernes* 7/71 (1951: 509-36); N. Lobkowicz, “Karl Marx and Max Stirner,” em Frederick J. Adelman, ed., *Demythologizing Marxism* (1969: 64-95); Paul Thomas, “Karl Marx and Max Stirner,” *Political Theory* 3/2 (1975: 159-79); Inge Taubert, “Wie entstand die Deutsche Ideologie von Karl Marx und Friedrich Engels? Neue Einsichten, Probleme und Streitpunkte,” em Studienzentrum Karl-Marx-Haus, ed., *Studien zu Marx’ erstem Paris-Aufenthalt und zur Entstehung der Deutsche Ideologie* (1990: 9-87; 51-87); Gary K. Browning, “The German Ideology: The Theory of History and the History of Theory,” *History of Political Thought* 14/3 (1993: 455-73).

¹³ Liedman, *World to Win* (2018: 191); Pagel, Hubmann, e Weckwerth, *Apparat* (2017: 728; 754-5)

¹⁴ Liedman, *World to Win* (2018: 184).

Feuerbach” nos ensinou, seja por força do hábito ou por esperança de que essa teoria poderia reencontrar ali o seu ancoramento. Pois, como este artigo mostrará, “São Max” contém preocupações históricas que ultrapassam aquela teoria, junto com argumentos que a desafiam.

Uma teoria a partir de fragmentos

No momento em que *A ideologia alemã* foi publicada em 1932, uma versão de “I. Feuerbach” já estava circulando há anos devido aos esforços de David Ryazanov, que dirigiu o Instituto Marx-Engels de Moscou de julho de 1922 até sua prisão, em fevereiro de 1931, por causa de sua alegada participação na conspiração Menchevique.¹⁶ Ryazanov sabia desde o início que editar “I. Feuerbach” seria difícil. Ele explicou que “I. Feuerbach” era composto por dois manuscritos separados e incoerentes, ambos feitos a partir de grandes folhas de papel que tinham sido dobra-

¹⁵ Por exemplo, Karl Marx e Friedrich Engels, “III. Sankt Max,” em MEGA² I/5 (2017: 165–511; 410); Karl Marx e Frederick Engels, *The German Ideology*, em MECW 5 (1976: 19–539; 355). Referências posteriores aos manuscritos de 1845-6 de Marx vão se referir ao documento em questão na MEGA² I/5 e fornecerão uma citação entre parênteses do MECW 5, a fonte de todas traduções salvo alguma indicação em contrário. [Nota do tradutor: praticamente todas citações em alemão foram checadas e adaptadas por mim a partir da versão em inglês, inclusive de textos de Max Stirner.]

¹⁶ Ryazanov publicou “I. Feuerbach” primeiro em russo em 1924, e em alemão em 1926: Karl Marx e Friedrich Engels, “I. Feuerbach: Gegensatz von materialistischer und idealistischer Anschauung,” in D. Ryazanov, ed., *Marx-Engels Archiv: Zeitschrift des Marx-Engels-Instituts in Moskau*, vol. 1 (1926: 233-306). Minha compreensão do trabalho de Ryazanov no “I. Feuerbach” é devedora a Carver e Blank, *Political History* (2014: 17–27). Sobre a prisão de Ryazanov, cf. também Jonathan Beecher e Valerii N. Fomichev, “French Socialism in Lenin’s and Stalin’s Moscow: David Riazanov and the French Archive of the Marx–Engels Institute,” *Journal of Modern History* 78/1 (2006: 119-43; 140-41).

das ao meio, para que cada uma fornecesse 4 páginas para a escrita.¹⁷ Havia quatro folhas naquilo que Ryazanov chamou de “pequeno manuscrito”; contudo, de acordo com seu relato, seus conteúdos não formavam uma linha de pensamento contínua. O título “I. Feuerbach” estava na frente de duas delas: ele descreveu uma como uma introdução breve e pronta para impressão da obra como um todo, que reproduzia textos que haviam sido revisados e destacados de outros lugares, enquanto a outra continha quatro parágrafos do que parecia ser a primeira seção. Ao longo das duas outras folhas no “pequeno manuscrito”, a primeira das quais foi marcada com “3)” na frente, Marx e Engels chamam os estágios da divisão do trabalho de “somente formas diferentes de propriedade” e descreveram as variedades “tribal”, “antiga” e “feudal”.

Ryazanov, além disso, identificou um “manuscrito principal” que era significativamente mais longo, embora repleto de passagens riscadas, correções e adições. A sua paginação também era complicada. Enquanto Engels havia numerado cada uma das folhas desse manuscrito na frente, Marx tinha rabiscado ou sobrescrito esses números ao numerar as páginas individuais das folhas. De acordo com a numeração de Marx, Ryazanov tinha as páginas 8-28, 30-35 e 40-72, e, segundo essa medida, faltavam somente 12 páginas. Porém, a numeração de Engels apontava para uma conclusão completamente diferente, pois as páginas

¹⁷ As informações neste parágrafo e no próximo foram extraídas de D. Rjazanov, “Einführung des Herausgebers,” in *Marx-Engels Archiv* (1926: 205–21; 217–21). Eu esclareço e suplemento o relato de Ryazanov com descrições físicas das folhas e das páginas. Para isso, cf. Karl Marx/Friedrich Engels Papers, A 11, no site eletrônico do International Institute of Social History: <http://hdl.handle.net/10622/ARCH00860>.

numeradas por Marx eram provenientes de três séries descontínuas de folhas: 6-11, 20-21 e 84-92. Adicionalmente, Ryazanov tinha uma folha com “5.” escrito na frente, apesar de seu conteúdo não ser contínuo com aquele da folha 6, e ele alegou também ter a primeira folha. Ele decidiu que era essa a folha não numerada com a introdução destacada de “I. Feuerbach” e que o “manuscrito principal” começava com os cinco parágrafos restantes. Nestas lacunas, então, setenta e três folhas e quase trezentas páginas sumiram.

Mas Ryazanov era destemido. Ele lidou com as páginas faltantes supondo que seus conteúdos haviam sido simplesmente removidos de “I. Feuerbach” para serem usadas em “São Bruno” e “São Max”, duas das outras críticas de 1845-6, nas quais ele achara passagens que foram retiradas do “manuscrito principal”.¹⁸ E apesar disso ter sido uma suposição razoável na época, ela também se mostrou equivocada.¹⁹ Nós sabemos agora que as folhas 6-11 são provenientes de um rascunho da crítica de Bruno Bauer, datado de outubro de 1845, e que extensas seções do texto foram retiradas porque elas foram usadas, por fim, em “São Bruno”. Os outros dois conjuntos de folhas foram retirados de diferentes partes de “São Max”, iniciado em novembro de 1845 por Marx e Engels. As folhas 20 e 21 contêm o texto completo de uma seção chamada “A Hierarquia”, parte da qual foi copiada de volta em “São Max”, e retirados das folhas separadas, enquanto as folhas 84-92 contêm uma série de digressões fragmentadas e

¹⁸ Cf. Rjazanov, “Einführung,” (1926: 219–20).

¹⁹ O relato a seguir foi extraído de Pagel, Hubmann, e Weckwerth, *Apparat* (2017: 737–56; 794; 832–54); Carver e Blank, *Political History* (2014: 73; 144–8); Carver, “The German Ideology,” (2010: 115–20).

notas que Marx e Engels escreveram depois de iniciar uma seção chamada “Tratado No. 2: Propriedade, Estado e Direito”. No verão seguinte, Marx tinha numerado as páginas destes três conjuntos de folhas remanescentes de 1-72, na ordem em que elas haviam sido escritas. Embora só possamos especular sobre o que eles planejavam fazer com todo este material – talvez algumas passagens teriam sido usadas na crítica de Feuerbach e outros escritos, talvez algumas teriam sido descartadas – está claro que eles não tinham intenção alguma de publicar esse amontoado de páginas na forma em que eles o deixaram.²⁰

O que é igualmente certo é que em abril de 1846 Marx e Engels enviaram “São Max” a Westfália para publicação numa nova revista trimestral que eles iriam editar, e para a qual eles já tinham comissionado outros artigos.²¹ Publicar essa revista em Bruxelas não era uma opção. Marx foi expulso da França em janeiro de 1845 por causa de seu envolvimento com o *Vorwärts!*, um jornal radical alemão sediado em Paris, e como condição para sua estadia na Bélgica, ele se comprometeu a “publicar nada sobre a política atual”.²² Publicar a revista dentro da Confederação Alemã não seria fácil também. Por lei, uma publicação poderia evitar a censura prévia se ela excedesse o número de 20

²⁰ Estudiosas e estudiosos apresentaram hipóteses concorrentes sobre o motivo pelo qual Marx e Engels removeram os dois conjuntos de folhas de “São Max”, porém não há uma conclusão evidente que explique a decisão. Compare Carver e Blank, *Political History* (2014: 145); e Terrell Carver, “Roughing It’: The ‘German Ideology’ ‘Main Manuscript’,” *History of Political Thought* 36/4 (2015: 700-25; 707); com Pagel, Hubmann, e Weckwerth, *Apparat* (2017: 839-41).

²¹ Golowina, “Das Projekt der Vierteljahrsschrift,” (1980: 267); Pagel, Hubmann, e Weckwerth, *Apparat* (2017: 759-62).

²² Marx a Heinrich Heine, 24 de março de 1845, em MECW 38 (1982: 30-31; 31).

folhas impressas ou 320 páginas, o que significava que uma revista trimestral extensa possibilitaria aos seus colaboradores publicar obras menores sem escrutínio oficial.²³ No entanto, na primavera de 1845, o primeiro volume de *Rheinische Jahrbücher* [Anais Renanos] de Hermann Püttmann foi recebido com reações severas por parte das autoridades estatais, incluindo a demanda de que seu segundo volume fosse censurado previamente e por ameaças políticas e financeiras significativas contra Carl Julius Leske, um dos poucos editores ainda dispostos a imprimir obras de cunho radical.²⁴ Embora Leske já tivesse concordado em publicar a planejada crítica da economia política de Marx, ele não estava em posição de assumir mais uma revista no outono de 1845.²⁵ Naquele novembro, Moses Hess relatou que dois empresários westfalianos, Julius Meyer e Rudolph Rempel, iriam publicar esta revista no lugar de Leske.²⁶

Marx e Engels terminaram alguns escritos suplementares para a revista trimestral pelo fim de maio de 1846, incluindo “São Bruno” e “O Concílio de Leipzig”, que introduzia o trabalho deles sobre o par de “santos”, e duas críticas do socialismo alemão. Foi apenas então, por volta do começo de junho, que eles começaram a crítica de Feuerbach. Porém, foi também por volta desse momento que seus planos para a revista caíram por terra. Meyer e Rempel insistiram que eles não haviam feito promessa alguma

²³ Golowina, “Das Projekt der Vierteljahrsschrift,” (1980: 260–61); Wolfgang Beutin, Klaus Ehlert, Wolfgang Emmerich, Helmut Hoffacker, Bernd Lutz, Volker Meid, Ralf Schnell, Peter Stein, and Inge Stephan, *A History of German Literature*, 4th edn, trans. Clare Krojzl (1993: 265-6); Pagel, Hubmann, e Weckwerth, *Apparat* (2017: 735).

²⁴ Pagel, Hubmann, e Weckwerth, *Apparat* (2017: 735–7).

²⁵ *Ibid.*

²⁶ *Ibid.* (2017: 740; 745-6).

a Hess, e no final de julho Marx e Engels mandaram seus manuscritos para Roland Daniels em Colônia, para que ele os guardasse.²⁷ A essa altura, eles escreveram somente três inícios [*Kapitelanfang*] atravancados sob o título “I. Feuerbach”. O que é chamado na MEGA² de fragmentos “3)” e “5.” foram também escritos provavelmente por volta dessa época.²⁸ Marx e Engels aparentemente não tinham trabalhado na crítica de Feuerbach depois de Engels ter deixado Bruxelas em agosto de 1846, apesar de eles terem tentado, até setembro de 1847, achar alguém que estivesse inclinado a publicar seus manuscritos.²⁹

Ryazanov não sabia nada disso no momento em que trabalhava com os fragmentos, e é por isso que ele considerou as páginas diante de si como se elas tivessem sido todas escritas para servir ao mesmo argumento. Nos anos de 1920, ele apresentou esse material de uma forma consideravelmente direta. Ele começou com as três folhas intituladas “I. Feuerbach”, seguidas pelo fragmento “5.” e o resto do “manuscrito principal” na forma em que Marx o havia paginado. Tudo o que restou foi o fragmento “3)”, que Ryazanov colocou por último sob o cabeçalho “[Divisão do Trabalho e Formas de Propriedade]” porque ele pensou que estas folhas ofereceriam uma “exposição inacabada” da conclusão alcançada no “manuscrito principal”.³⁰ Como título, ele escolheu “I. Feuerbach. Oposição da perspectiva [sic] materialista e idealista”, que Engels tinha escrito na parte de trás do

²⁷ Ibid. (2017: 40-44; 802; 847-8); Carver e Blank, *Political History* (2014: 91).

²⁸ Pagel, Hubmann, e Weckwerth, *Apparat* (2017: 976; 985).

²⁹ Ibid. (2017: 848).

³⁰ Marx e Engels, “I. Feuerbach” (1932: 303 n).

“manuscrito principal” após a morte de Marx.³¹ Mas a obra com este nome pareceu muito diferente quando da sua republicação na MEGA I/5. Pavel Weller a preparou sob a supervisão de Ryazanov e todas as mudanças foram provavelmente feitas antes da prisão de Ryazanov, apesar de ter sido o substituto dele no instituto, Vladimir Adoratsky, quem recebeu os créditos de editor do volume.³² Como Adoratsky explicou em sua introdução, um dos objetivos da MEGA I/5 era elaborar “a coerência dialética” de vários tópicos que “I. Feuerbach” cobria.³³ Para este fim, os três breves inícios foram deixados da mesma forma que Ryazanov os havia previamente ordenado, porém as páginas remanescentes, assim como seus parágrafos e sentenças, foram livremente rearranjados.

Foi nesse contexto que uma decisão crucial foi tomada em relação ao fragmento “3)” – a breve história da divisão do trabalho e das formas de propriedade que Ryazanov colocou inicialmente ao fim do “manuscrito principal”. Na MEGA, esse fragmento foi, em vez disso, anexado ininterruptamente aos três breves inícios de “I. Feuerbach”, que quando lidos em conjunto distinguem a abordagem crítica de Marx e Engels daquela dos jovens hegelianos. Porque estes filósofos supõem que “as verdadeiras correntes dos homens” são as ideias e os conceitos, Marx e Engels argumentam que a crítica deles visa somente “interpretar

³¹ Pagel, Hubmann, e Weckwerth, *Apparat* (2017: 848).

³² Cf. Ernst Czóbel, “Stand und Perspektiven der Herausgabe der MEGA (März/April 1931),” em Carl-Erich Vollgraf, Richard Sperl, e Rolf Hecker, eds., *David Borisovič Rjazyanov und die erste MEGA* (1997: 132-43; 136-7); Adoratskij, “Einleitung,” (1932: xix).

³³ V. Adoratskij, “2. Die Richtlinien für die Redigierung der Manuskripte,” em MEGA I/5 (1932: 561-4; 561). Veja também Carver e Blank, *Political History* (2014: 33-6).

o mundo existente de uma forma diferente”, não lutar contra esse mesmo mundo, e que isso, por sua vez, revela o fracasso desses críticos em “investigar a conexão da filosofia alemã com a realidade alemã, a conexão de sua crítica com seu próprio meio material”.³⁴ Em contraste, os “pressupostos a partir dos quais [Marx e Engels] partem” são os pressupostos “de toda história humana”.³⁵ O primeiro é “a existência de indivíduos humanos vivos”, que se diferenciam a si mesmos dos animais por produzir seus meios de subsistência. Aprendemos que o modo pelo qual os seres humanos fazem isso, seu “modo de produção”, não reproduz somente sua existência física, pois ele é também um “*modo de vida* determinado”. Esse modo molda quem eles são e as relações entre eles.³⁶

Muito embora a discussão das pressuposições termine com essa tese, a interpolação do fragmento “3”) imediatamente após a ela dá a impressão de que Marx e Engels pretendiam ilustrar com este fragmento o que acarreta para a crítica “partir” daqui, a partir dos indivíduos vivos e de seu modo de produção. O fragmento começa com um argumento que Marx e Engels reconhecem ser amplamente aceito – de que “as relações das diferentes nações entre si dependem da extensão em que cada nação desenvolveu suas forças produtivas, a divisão do trabalho, & o inter-

³⁴ Karl Marx e Friedrich Engels, *Die Deutsche Ideologie*, em MEGA I/5: 1–528, e 9–10. Veja também Karl Marx e Friedrich Engels, “I. Feuerbach. [1. Kapitelanfang],” em MEGA² I/5: 4–7, na página 7; MECW 5 (1976: 30).

³⁵ Marx e Engels, *Deutsche Ideologie*, MEGA I/5, p.10. Veja também Karl Marx e Friedrich Engels, “I. Feuerbach. [2. Kapitelanfang],” em MEGA² I/5 (2017: 8–11; 8); MECW 5 (1976: 31).

³⁶ Marx e Engels, *Deutsche Ideologie*, MEGA I/5 pp. 10–11; Marx e Engels, “[2. Kapitelanfang],” MEGA² I/5 (2017: 8–11); MECW 5 (1976: 31–2).

câmbio interno”. Eles enfatizam, contudo, que “a estrutura interna inteira” de uma nação depende disso também. O desenvolvimento de suas forças produtivas está refletido no estado de sua divisão do trabalho, que, por sua vez, está refletido na forma de propriedade predominante porque “o estágio atual da divisão de trabalho determina também as relações dos indivíduos uns com os outros em referência ao material, instrumento & produto de trabalho.”³⁷ Marx e Engels em seguida descrevem três destas formas de propriedade – “tribal”, “estatal ou comunal da Antiguidade” e “feudal ou estamental” – junto com o desenvolvimento correspondente da divisão de trabalho, e posteriormente no “I. Feuerbach” os autores parecem retomar onde esta explicação termina quando descrevem, em meio aos escritos fragmentários das folhas de “São Max”, três períodos da propriedade privada e da produção desde a Idade Média.³⁸ Na MEGA, assim, as “pressuposições” de Marx e Engels foram postas ao serviço da criação do que Adoratsky chamou de “a primeira exposição sistemática de sua concepção histórico-filosófica do desenvolvimento econômico da humanidade”.³⁹ Sua repreensão aos críticos parecia então ser esta: compreender o “mundo existente” e “seu próprio meio material” exige que eles abordem o seu tempo presente através de uma vasta história da produção que o acarreta e o explica.

³⁷ Marx e Engels, *Deutsche Ideologie*, MEGA I/5, p. 11; Karl Marx e Friedrich Engels, “3) [Fragment],” em MEGA² I/5 (2017: 129–34; 129); MECW 5 (1976: 32, pontuação modificada).

³⁸ Cf. Marx e Engels, *Deutsche Ideologie*, MEGA I/5, p. 39–51; Karl Marx e Friedrich Engels, “[Ms-S. 40–[73]. Frühe Fassung von III. Sankt Max. Abhandlung 2 sowie Fragmente und Notizen],” em MEGA² I/5 (2017: 69–123; 71–89); MECW 5 (1976: 64–74).

³⁹ Adoratskij, “Einleitung” (1932: x).

“I. Feuerbach”, história e o “modo de produção”

Editores subsequentes continuaram a colocar o fragmento “3)” no mesmo lugar, inclusive após 1962, quando as páginas manuscritas recém descobertas indicavam pela primeira vez que havia algo de estranho nas versões existentes de “I. Feuerbach”.⁴⁰ Até mesmo no *Collected Works* [Obras reunidas] (1976), que apresentava consecutivamente a discussão atravancada das pressuposições e o fragmento “3)”, mas como seções distintas, a única pista de que o fluxo entre essas seções é artificial está numa nota de rodapé de duas páginas atrás.⁴¹ Como resultado, as leitoras e leitores acompanharam um argumento através das seções e deram uma importância enorme à sequência histórica que começa no fragmento “3)” e parece continuar nas folhas extraídas de “São Max”. Essa maneira de ler os fragmentos contribuiu para duas tendências nas pesquisas sobre Marx.

Primeiro, era fácil concluir tanto com Adoratsky quanto com Churbanov, que finalizou *A ideologia alemã* para o *Collected Works*, que Marx em 1845-6 estava preocupado principalmente em explicar “todo o processo histórico”.⁴² Embora Marx e Engels tendam a discutir as diversas formas históricas de propriedade separadamente, sem explicar as transformações entre elas, Churbanov faz uso de outros fragmentos para interpretar essas passagens, como aquele no qual Marx e Engels escrevem que “todas as

⁴⁰ Sobre essa descoberta, cf. Carver e Blank, *Political History* (2014: 63–7). Edições nas quais o fragmento “3)” está costurado às discussões dos pressupostos incluem Marx e Engels, *Werke*, vol. 3 (1958: 21); Tucker, *Marx–Engels Reader* (1978: 150); McLellan, *Selected Writings* (1977: 161).

⁴¹ Cf. Marx e Engels, *German Ideology*, (1976: 30; n. C; 32).

⁴² Cf. Churbanov, “Preface” (1976: xix).

colisões na história têm sua origem ... na contradição entre as forças produtivas e a forma de intercâmbio”.⁴³ Esta foi uma “descoberta” importante, escreve Churbanov, na medida em que ela revelou que “no curso do desenvolvimento histórico inteiro uma linha de continuidade é estabelecida entre os estágios sucessivos”. Por essa perspectiva, Marx e Engels revelaram “as leis do desenvolvimento social” em “I. Feuerbach” e, ao fazê-lo, “forneceram a chave para o entendimento científico do processo histórico inteiro”.⁴⁴ A força desta interpretação está bem condensada nos escritos de Robert Brenner e Ellen Meiksins Wood, ambos rejeitam tais leituras teleológicas e deterministas da teoria madura da história de Marx; mas, ainda assim, concedem que é aqui que essa teoria começou em 1845-6. Eles esclarecem que a formulação inicial da teoria da história de Marx estava enredada numa concepção mais antiga dos períodos econômicos, uma familiar aos escritos de Adam Smith, na qual o “modo de subsistência” desenvolve-se por meio do “progresso natural de uma lógica econômica universal”.⁴⁵ Em outras palavras, era uma teoria da “divisão do trabalho que se desenvolve por si mesma” na medida em que respondia às necessidades de “produtores racionais auto-interessados”.⁴⁶ Ao plantar as sementes da sociedade comercial nas “profundezas” da história e da natureza

⁴³ Citado em *ibid.* (1976: xviii). Cf. também Marx e Engels, “[Ms-S. 40-[73]],” MEGA² I/5, (2017: 90).

⁴⁴ Churbanov, “Preface” (1976: xviii).

⁴⁵ Cf. Robert Brenner, “Bourgeois Revolution and Transition to Capitalism,” em A. L. Beier, David Cannadine, e James M. Rosenheim, eds., *The First Modern Society: Essays in English History in Honour of Lawrence Stone* (1989: 271-304; 275-6; 280-81); Ellen Meiksins Wood, *Democracy against Capitalism: Renewing Historical Materialism* (1995: 4; 110; 120; 147-50; cit. 150). Aqui e abaixo, todas ênfases estão no original.

humana, Marx, segundo eles, pôde simplesmente mostrar que o capitalismo foi libertado das fronteiras do feudalismo, onde ele sempre estivera, evitando ter de explicar sua origem e lógica únicas.⁴⁷

A proeminência do fragmento “3)” também inspirou uma abordagem comum aos estudos do conceito de Marx de “modo de produção”. Vimos que este conceito aparece num dos rascunhos de início de “I. Feuerbach”, e que também está presente em outros numerosos fragmentos, tal como quando Marx e Engels explicam que sua concepção de história “se baseia na exposição do processo real de produção – começando da produção material da vida mesma – e incluindo a forma de intercâmbio conectada com e criada por este modo de produção”.⁴⁸ Mas onde este conceito não aparece é no fragmento “3)”, isto é, ele não aparece na sequência histórica que os editores colocaram no coração do “capítulo”. Esta ausência encorajou estudiosas e estudiosos a focar em como Marx usou e desenvolveu o “modo de produção” em seus escritos subsequentes, nos quais eles encontram-no ao supor aquilo que tomam por ser seu papel característico: ou um meio de explicar os estágios pelos quais o desenvolvimento histórico se desdobra ou um meio de rejeitar este modelo e pensar de outra maneira sobre a diferença histórica.

⁴⁶ Brenner, “Bourgeois Revolution,” (1989: 272); Wood, *Democracy against Capitalism* (1995: 147). [Nota do tradutor: essa nota de rodapé e a seguinte foram alteradas a pedido da autora].

⁴⁷ Brenner, “Bourgeois Revolution,” (1989: 279–80); Wood, *Democracy against Capitalism* (1995: 147–9). O termo citado é de Wood.

⁴⁸ Karl Marx e Friedrich Engels, “[Ms-S. 1–29. Frühe Fassung einer Bauer-Kritik],” em MEGA² I/5 (2017: 16–59; 45); MECW 5 (1976: 53).

De acordo com Churbanov, por exemplo, enquanto Marx expôs “os vários aspectos do conceito de ‘modo de produção’” em suas obras tardias, ele encontrou um instrumento superior para compreender “a substituição sucessiva de formações sociais, o esboço geral daquilo que estava dado na *Ideologia alemã*”.⁴⁹ Em contraste, Wood argumenta que “em algum momento entre a *Ideologia alemã* e o *Capital* [1867], com um marco crucial nos *Grundrisse* [1857-8], uma mudança radical aconteceu” no pensamento de Marx.⁵⁰ Em vez de entender as sociedades diferentes como estágios diferentes “no desenvolvimento de uma forma social”, ele começou a usar o conceito de “modo de produção” em seu “sentido marxista distintivo” – a saber, para compreender a especificidade histórica das formas sociais e as “leis de movimento” únicas que elas contêm.⁵¹ A despeito da importância do conceito, logo, tornou-se comum para estudiosas e estudiosos pressuporem como certa a sua presença nos manuscritos de 1845-6 e descuidar tanto do papel que desempenha ali quanto de por que este conceito ingressou no pensamento de Marx em primeiro lugar. Em vez disso, as estudiosas e os estudiosos tranquilamente sustentam a tese de Eric Hobsbawm de que a “evolução” das ideias [*views*] de Marx sobre os períodos históricos e a transformação histórica é melhor investigada começando com *A ideologia alemã* e com a sua tese de que “os vários estágios na divisão social do trabalho correspondem à várias formas de propriedade”.⁵²

⁴⁹ Churbanov, “Preface,” (1932: xxi).

⁵⁰ Wood, *Democracy against Capitalism* (1995: 149).

⁵¹ *Ibid.* (1995: 5; 150–51); Brenner, “Bourgeois Revolution,” (1989: 272–3).

Contudo, na MEGA² I/5, onde o fragmento “3)” e os fragmentos de “São Max” tornaram-se mais uma vez meros fragmentos, ligados a nada e portando nenhum título substantivo, já não é mais evidente que eles deveriam ser priorizados em relação às outras partes dos manuscritos de 1845-6 ao se investigar as primeiras ideias de Marx sobre a história. De fato, é bom lembrar que foi somente por acaso que nós chegamos a ler “I. Feuerbach” da maneira como lemos. Não temos que aceitar a primeira versão de Ryazanov de “I. Feuerbach” como uma representação fiel das intenções de Marx e Engels a fim de avaliar que as preocupações históricas de Marx tomaram uma forma diferente daquela de versões posteriores, um fato que pode ajudar a abalar convicções sobre os manuscritos de 1845-6.

Na apresentação inicial de Ryazanov dos fragmentos, os três esboços do início foram seguidos pelo fragmento “5.”, no qual Marx e Engels distinguem seu método do daquele da “filosofia alemã”. Em vez de descer do “céu para a terra”, eles escrevem que eles começam “dos homens reais e ativos, e sobre a base de seu processo de vida real [demonstram] o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e ecos deste processo de vida”, pois “os homens são os produtores de suas concepções, ideias, etc.... na medida em que eles são condicionados por um desenvolvimento determinado de suas forças produtivas e do intercâmbio correspondente a elas”.⁵³ Esse fragmento, contudo, também ressalta um

⁵² E. J. Hobsbawm, “Introduction,” in Karl Marx, *Pre-capitalist Economic Formations*, trans. Jack Cohen (1965: 9-65; 27). Para um exemplo mais recente, cf. Stedman Jones, *Karl Marx* (2016: 200).

⁵³ Karl Marx e Friedrich Engels, “5. [Fragment],” em MEGA² I/5 (2017: 135-9; 135-6); MECW 5 (1976: 36).

desafio que acompanha o método de Marx e Engels. Eles explicam no parágrafo final que quando um crítico se ocupa da “ciência real e positiva” ou quando a “realidade é descrita”, então

a filosofia autônoma perde, com a exposição da realidade, seu meio de existência. Em seu lugar, pode no máximo entrar um compêndio de resultados mais gerais [allgemeinsten Resultate], que se podem abstrair da observação do desenvolvimento histórico dos homens. Essas abstrações para si têm nenhum valor, se separadas da história real. Elas podem somente servir para facilitar a ordenação dos materiais históricos, indicando a sequência de suas etapas individuais. Elas não fornecem, contudo, de forma alguma, como a filosofia, uma receita ou um esquema, pelo qual as épocas históricas poderiam ser classificadas. Pelo contrário, a dificuldade começa na consideração e ordenação do material, seja de uma época passada ou presente, na exposição real. A remoção destas dificuldades é condicionada por pressuposições, as quais de forma alguma podem aqui serem dadas; antes, que resultam do estudo do processo de vida real e da ação dos indivíduos de cada época.⁵⁴

Na linha final do fragmento, eles retornam do problema de compreender as épocas para seu ponto de partida: eles escrevem que usam as abstrações em “contraposição à ideologia” e que eles vão ilustrar algumas delas com exemplos históricos.

Marx certamente está interessado no “desenvolvimento histórico” no fragmento “5.” Seu método de crítica pressupõe que as forças produtivas mudam ao longo do tempo e que indivíduos, relações e ideias mudam com elas. Mas ele não está preocupado em mapear esse desenvolvimento, nem em procurar uma

⁵⁴ Ibid. (2017: 136–9); MECW 5: (1976: 37, tradução modificada). [Tradução adaptada pelo tradutor]

única lei que explicaria o processo e seus vários “estágios”. Em vez disso, ele confronta os limites dos “resultados gerais” que nossas investigações do desenvolvimento histórico irão produzir. Qualquer que seja o propósito a que essas “abstrações” sirvam, Marx insiste que elas não podem delimitar e definir os períodos históricos, ou, em outras palavras, elas não são capazes de capturar a especificidade e diferença históricas. E quando ele enfrenta a dificuldade de entender as épocas, Marx está lutando com um problema fundamental do conhecimento histórico. De que forma cada época pode ser entendida como um período que é distinto de outros sem a muleta de uma “receita ou esquema” filosófico, e se as abstrações colhidas do “desenvolvimento histórico dos homens” são inúteis também? Que tipos de recursos poderiam amparar tal trabalho? Esta não é a preocupação que leitoras e leitores encontram tipicamente em “I. Feuerbach”. Porém, o problema de como podemos lidar de forma adequada com épocas individuais – e, crucialmente, com a atual – permeia a crítica de Stirner, na qual Marx começou a usar “modo de produção” como um recurso conceitual para distinguir e compreender períodos distintos. O que ele alcançou ao usar esse conceito desta forma e ao focar tão atentamente em como as épocas podem ser conhecidas? Para responder a essas questões, temos que seguir o “modo de produção” dentro de “São Max”.

“Um novo modo de produção”

O termo “modo de produção” podia ser encontrado numa ampla gama de textos em meados da década de 1840, mesmo que

raramente, e costumeiramente somente uma ou duas vezes numa dada obra. Suas variantes alemã, francesa e inglesa eram todas empregadas para expressar a forma pela qual algo vinha a ser. Ele indicava frequentemente um processo natural de geração: a formação de nuvem cúmulo, o florescimento de *Laelia autumnalis*, o desenvolvimento de um sopro cardíaco ou insanidade.⁵⁵ Um doutor lamentava que os experimentos com sangue não puderam elucidar “o modo de produção [*Productionsweise*] da própria natureza”.⁵⁶ Em outro lugar, o termo se referia ao trabalho da engenhosidade humana, como a forma pela qual as sílabas são formadas na prosódia homérica ou como o som é produzido por uma physharmônica.⁵⁷ Em seus *Cursos de estética*, Hegel distinguia o modo de produção (*Weise der Production*) artístico da produção mecânica e científica, e ele descrevia como esse modo se diferenciava em suas formas clássicas e românticas.⁵⁸ Marx bem poderia ter lido estas linhas em 1842, quando ele estava preparando um tratado para o panfleto *A doutrina da religião e da arte de Hegel* de Bruno Bauer.⁵⁹

⁵⁵ Luke Howard, *The Climate of London*, 2nd ed., vol. 1 (1833: xv); Joseph Paxton, *Paxton's Magazine of Botany*, vol. 6 (1839: 122); F. A. Aran, “Recherches sur les signes et le diagnostic de l'insuffisance des valvules de l'aorte,” *Archives générales de médecine* 3/15 (1842: 265-90; 277); Thomas Arnold, *Observations on the Nature, Kinds, Causes, and Prevention of Insanity*, 2nd ed., vol. 2 (1806: 71).

⁵⁶ Georg Karl Ludwig Sigwart, “Bemerkungen über einige Gegenstände der thierischen Chemie,” *Deutsches Archiv für die Physiologie* 1/2 (1815: 202-20; 205).

⁵⁷ Henry Owgan, *Miscellanea Homerica* (1840: 242; 233-4); M. F. J. Fétis, “Revue succincte de la musique,” *Revue musicale* 5 (1829: 1-14; 8).

⁵⁸ Georg Wilhelm Friedrich Hegel, *Werke*, vol. 10/1 (1835: 52-3) e vol. 10/2 (1837: 193-4).

⁵⁹ Marx nunca terminou esta obra e nenhum rascunho foi encontrado. Vide Margaret A. Rose, *Marx's Lost Aesthetic: Karl Marx and the Visual Arts* (1984: 55-69).

Nossos registros mais antigos do emprego do termo “modo de produção” por Marx surgem de um contexto muito diferente. Ele aparece em algumas ocasiões em seus cadernos de 1844, preenchidos por Marx em Paris enquanto ele estava estudando a economia política pela primeira vez. Até então, os economistas políticos empregavam esse termo tão esporadicamente quanto os botânicos. Ele não está presente nem em *Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* [Riqueza das nações] (1776) de Adam Smith nem em *On the Principles of Political Economy and Taxation* [Princípios de economia política e taxação] (1817) de David Ricardo. James Mill não o emprega em seus *Elements of Political Economy* [Elementos da economia política] (1821), nem Engels em “Umrisse zu einer Kritik der Nationalökonomie” [“Esboços de uma crítica da economia política”] (1844). Esses eram alguns dos primeiros textos que Marx estudou.⁶⁰ Ele também leu o volume 1 de *Théorie des richesses sociales* [Teoria das riquezas sociais] (1829) de Fryderyk Skarbek, e o termo tampouco encontrava-se ali, embora Skarbek o empregue uma vez no volume 2. Ao longo da discussão dos hábitos de consumo, Skarbek escreveu que se houver uma grande demanda para produtos de segunda classe num dado país, então a sua indústria “não se esforçará de forma alguma para melhorar o modo de produção [*mode de production*]”.⁶¹ E quando outros economistas políticos empregavam esse termo, o faziam da mesma forma: ele

⁶⁰ Os cadernos de Paris de Marx foram publicados na MEGA², Seção IV, vol. 2 (1981: 283-579) e MEGA², Seção IV, vol. 3 (1998: 35-110). Para um sumário útil, cf. Marcello Musto, “Marx in Paris: Manuscripts and Notebooks of 1844,” *Science & Society* 73/3 (2009: 386-402; 398-401).

⁶¹ Frédéric Skarbek, *Théorie des richesses sociales*, vol. 2, (1829: 252).

indicava o modo pelo qual os bens eram produzidos, o que poderia se referir à indústria nacional e seus ramos, por exemplo, ou às práticas empregadas na feitura de uma mercadoria em particular. Marx teria visto um exemplo disto no *Die Bewegung der Production* [O movimento da produção] (1843) de Wilhelm Schulz, perto de passagens transcritas por Marx.⁶² Ele também teria visto este termo na terceira edição de *Traité d'économie politique* [Tratado de economia política] (1817) de Jean-Baptiste Say, por onde seus estudos provavelmente começaram e onde o termo aparece num único título de seção, “Efeito das regulações que determinam o modo de produção [*mode de production*].”⁶³ Marx copiou uma breve passagem desta seção, que descreve como diferentes ramos da indústria – agricultura e manufatura – são moldados pela regulamentação estatal.⁶⁴

Marx, por fim, empregou o termo exatamente como os economistas políticos. Em um caderno do fim de 1844, ele se refere a “*todos os modos de produção [Produktionsweisen]*” de um país ao longo de seu esboço de uma crítica das ideias de Say

⁶² Cf. Wilhelm Schulz, *Die Bewegung der Production* (1843: 64); Karl Marx, “Economic and Philosophic Manuscripts of 1844,” em MECW 3 (1975: 229–346; 241-2; 254). A partir de agora: “1844 Manuscripts”.

⁶³ Jean-Baptiste Say, *Traité d'économie politique*, 3rd ed., vol. 1 (1817: 222).

⁶⁴ Karl Marx, “Jean-Baptiste Say: *Traité d'économie politique*. T. 1 und 2,” em MEGA² IV/2 (1981: 301–27; 307). Os cadernos de nota de Marx de 1845 também contêm exemplos do termo sendo usado desta forma, p.e., Karl Marx, “Exzerpte aus Henri Storch: *Cours d'économie politique*. T. 1, II, III,” em MEGA² IV/3 (1998: 233–71; 239); Marx, “Exzerpte aus James William Gilbert: *The History and Principles of Banking*,” em MEGA², Seção IV, vol. 4 (1988: 146–67; 151); Marx, “Exzerpte aus William Thompson: *An Inquiry into the Principles of the Distribution of Wealth*,” em MEGA² IV/4 (1988: 237–46; 245).

sobre superprodução.⁶⁵ Contudo, não há nenhum outro registro disto acontecer novamente naquele ano. O termo expressa um conceito diferente num caderno de agosto, no qual ele ajudou Marx a entender a natureza humana tal como ela é e poderia ser. E nos meses finais de 1844, Marx modificou o conceito mais uma vez enquanto escrevia a sua parte de *A sagrada família*, sua primeira colaboração com Engels. Ali, o “modo de produção” tornou-se um instrumento para compreender uma dada época histórica, algo que Marx tinha previamente reivindicado como a tarefa primária da crítica social. Esses são os passos iniciais na vida do “modo de produção” de Marx e em breve vou examiná-los. Voltar-se primeiramente ao projeto de revista que trouxera Marx a Paris vai elucidar as fontes e as preocupações envolvidas no desenvolvimento deste conceito.

Marx esteve no comitê editorial da *Rheinische Zeitung* [Gazeta Renana] em Colônia de outubro de 1842 a março 1843, quando ele se demitiu “devido às condições atuais de censura”.⁶⁶ O governo prussiano havia banido seu jornal em janeiro daquele ano e decretou o encerramento de sua operação em 1º de abril.⁶⁷ A proibição de *Rheinische Zeitung* levou Marx a desejar unir “mentes realmente pensantes e independentes” na França e Ale-

⁶⁵ Karl Marx, “Exzerpte aus Werken von Pierre de Boisguillebert und John Law sowie aus einer ‘Römischen Geschichte’,” em MEGA² IV/3 (1998: 35–83; 55).

⁶⁶ Karl Marx, “Announcement,” em MECW 1 (1975: 376).

⁶⁷ Cf. G. Mevissen, “Minutes of the General Meeting of Shareholders of the *Rheinische Zeitung*, February 12, 1843,” em MECW 1 (1975: 712–24).

manha, e para este fim ele concebeu um novo jornal com Arnold Ruge e decidiu publicá-lo em Paris.⁶⁸ Sua principal esperança, ele confessou a Ruge, era contribuir para o projeto de transformação social, mas ele reconhecia que isto seria difícil porque ninguém sabia exatamente “como o futuro deverá ser”.⁶⁹ Uma forma de lidar com essa incerteza teria sido seguir os filósofos na busca do conhecimento absoluto, e, com os princípios alcançados, avaliar o mundo existente e forjar uma visão dogmática do futuro. Marx rejeitou prontamente esta abordagem – “nosso assunto não é construir o futuro e arrumar tudo para todo o sempre” – e propôs, em vez disso, encontrar “o novo mundo por meio da crítica do antigo”. Em outras palavras, eles iriam levar a cabo uma “*crítica implacável de tudo que existe*”. Ao observar o mundo em que se encontravam, eles descobririam não apenas princípios com os quais avaliar o presente, mas também aspirações e possibilidades para o futuro. Seu jornal, Marx escreveu, iria esclarecer para “a época [*Zeit*] ... suas lutas e desejos” e, com isso, “mostraria ao mundo pelo quê ele realmente está lutando”.⁷⁰

Mas por onde se inicia essa tarefa? O que os críticos devem analisar a fim de compreender as condições, e com isso os princípios e desejos de sua “época”? A resposta de Marx era “o *estado político*”, que pode revelar as carências humanas e as ver-

⁶⁸ Karl Marx, “Letters from the *Deutsch-Französische Jahrbücher*,” em MECW 3 (1975: 133–45; 142). Veja também Marx a Arnold Ruge, 25 Jan. 1843, em MECW 1 (1975: 396–8); Marx a Arnold Ruge, 13 de março de 1843, em MECW 1 (1975: 398–400; 398–9); Marx a Ludwig Feuerbach, 3 out. 1843, em MECW 3 (1975: 349–51).

⁶⁹ Marx, “Letters,” (1975: 142). Esta é também a fonte da discussão que se segue.

⁷⁰ Marx, “Letters,” (1975: 144–5, trad. modificada); M. an R., Kreuznach, im September 1843, em MEGA², Seção I, vol. 2 (1982: 486–9; 489).

dades sociais pois registra “as lutas práticas da humanidade”.⁷¹ O crítico, insistia Marx, deve identificar os princípios já defendidos na esfera política e alça-los à sua “forma universal”, o que significa torná-los o padrão para vida humana como tal. Para ilustrar esse argumento, Marx observou que os defensores do governo representativo propugnavam o princípio de que os seres humanos deveriam antes governar a si mesmos em vez de serem dominados pela propriedade, e suas contribuições aos *Deutsch-Französische Jahrbücher* [Anais Franco-alemães] procuravam mostrar que as condições no Estado moderno não correspondiam a esse padrão.⁷²

Num de seus artigos, Marx explicou que as revoluções americana e francesa substituíram o domínio de reis e de privilégios pela soberania popular, porém que esta “emancipação política” não resolveu o problema da dominação. Isso ocorreu porque o Estado moderno separa necessariamente o ser humano em dois: ele cria cidadãos iguais que agem conjuntamente no estado político somente ao opor esta esfera à sociedade civil, na qual os indivíduos permanecem marcados e impelidos pelas particularidades de sua existência material.⁷³ Marx argumentava que esta vida dupla não era ainda uma vida humana. Não somente o ser genérico – ou aquelas atividades sociais e conscientes que distinguem o ser humano – está separado das vidas cotidianas

⁷¹ Marx, “Letters,” (1975: 143–4).

⁷² Ibid. (1975: 144). Sobre o interesse de Marx no Estado moderno, cf. Warren Breckman, *Marx, The Young Hegelians, and the Origins of Radical Social Theory: Dethroning the Self* (1999), cf. cap. 7; David Leopold, *The Young Karl Marx: German Philosophy, Modern Politics, and Human Flourishing* (2007), cf. caps. 2 e 3.

⁷³ Karl Marx, “On the Jewish Question,” em MECW 3 (1975: 146–74; 153–4).

que as pessoas levam, mas ali onde a tarefa do cidadão é meramente assegurar os direitos naturais do indivíduo à liberdade, segurança e propriedade, a dominação persiste e o regime da propriedade é aperfeiçoado, só que agora na esfera da sociedade civil.⁷⁴ Segundo Marx, o Estado moderno deveria ser superado a fim de obter a “emancipação humana” e realizar os princípios que levaram aquele Estado à existência.

Em outro artigo, Marx explorou o papel que os alemães poderiam desempenhar nesta tarefa. Embora o presente político alemão fosse “anacrônico” por ser “*a realização manifesta do ancien régime*”, Marx argumentava que ele, apesar de tudo, continha elementos de uma “revolução *completa*”, uma que poderia superar a “Idade Média” germânica e o “Estado moderno” de um só golpe.⁷⁵ Isso porque os alemães tinham acompanhado o mundo moderno em dois aspectos cruciais: a sua filosofia política era a filosofia do Estado moderno, e eles tinham compartilhado o “sofrimento” que o regime de propriedade privada trouxe consigo. Uma crítica do presente alemão iria escrutinizar igualmente seus aspectos históricos e filosóficos – o *ancien régime* e o Estado moderno. E embora Marx soubesse que esta crítica sozinha não iria transformar as condições existentes, ele pensava que uma parceria entre a filosofia e o crescente proletariado poderia. Por meio desta aliança, a crítica do presente alemão se torna uma demanda prática pela “*negação da propriedade privada*”.⁷⁶

⁷⁴ Ibid. (1975: 162–4; 167).

⁷⁵ Karl Marx, “Contribution to the Critique of Hegel’s Philosophy of Law: Introduction,” em MECW 3 (1975: 175–87; 178–9; 187).

⁷⁶ Ibid. (1975: 187).

Os *Deutsch-Französische Jahrbücher*, assim, ofereciam a Marx uma ocasião para elaborar suas próprias ideias acerca da natureza e das tarefas da crítica social a despeito do fracasso do jornal, que apareceu somente uma vez, em fevereiro de 1844. Porém, editar este jornal também se mostrou importante por lhe permitir ler “Sobre a essência do dinheiro” [“Über das Geldwesen”] de Moses Hess, por volta da época em que ele começou estudar economia política. Esse ensaio não foi publicado até a primavera de 1845, na condenada *Rheinische Jahrbücher* de Püttmann; Hess, contudo, o havia originalmente entregado a Marx para os *Deutsch-Französische Jahrbücher*.⁷⁷ O que é importante sobre este ensaio é a descrição de Hess do ser humano, cuja essência, ele argumentou, consiste na troca de “atividade vital produtiva” ou em colaborações que ativam e realizam plenamente os poderes criativos de cada indivíduo. Nesta abordagem, o ser humano “a cada momento se produz novamente” pois sua essência é um produto da sociedade e da história.⁷⁸ Marx, em breve, combinaria a ideia de Hess de “atividade vital produtiva” com o “modo de produção” dos economistas políticos a fim de explicar a natureza dinâmica do ser humano. Ao fazer isso, além disso, ele iria repensar o que um “modo de produção” pode causar.

⁷⁷ Cf. Sven-Erik Rose, *Jewish Philosophical Politics in Germany, 1789–1848* (2014: 191–2; 329, n. 154).

⁷⁸ Moses Hess, “Ueber das Geldwesen,” *Rheinische Jahrbücher zur gesellschaftlichen Reform* 1 (1845: 1– 34; 2–9; 28).

Em 1859, Marx escreveu que a primeira vez em que enfrentou “questões econômicas” foi em seus artigos para *Rheinische Zeitung*, mas que foi somente após o fim do jornal, quando ele reexaminou a filosofia do direito de Hegel, que ele passou a ver que as relações jurídicas e as formas políticas que o interessavam estavam enraizadas nas “condições materiais de vida,” e que a economia política oferecia a chave para compreender essas condições.⁷⁹ Ele começou a estudar os livros de economia política por volta do fim de 1843 ou do começo de 1844 e, na medida em que os leu, ele preencheu ao menos nove cadernos com excertos longos. Enquanto a maior parte desses cadernos contém apenas comentários ocasionais de Marx, em três deles ele reagiu aos excertos elaborando considerações detalhadas de suas próprias posições. Esses são conhecidos como seus “Manuscritos econômico-filosóficos de 1844”, e o seu conteúdo é frequentemente lido como as conclusões que Marx alcançara ao fim de seu curso inicial de estudo. Contudo, como Jürgen Rojahn escreve, os cadernos são datados de períodos diferentes ao longo da primavera e do verão de 1844 e o que eles contêm está longe de “uma exposição sistemática de uma visão de mundo”. Esses assim chamados “manuscritos”, ao contrário, “mostram o pensamento de Marx *em movimento* – isso é, o surgimento e o desenvolvimento de novas ideias, um processo dirigido por sua leitura e por discussões nas quais ele participou”.⁸⁰

⁷⁹ Marx, *Critique of Political Economy* em MECW 29 (1987: 262). Cf. também Engels a Richard Fischer, 15 de abril de 1895, em MECW 50 (2004: 496–8; 497).

⁸⁰ Jürgen Rojahn, “The Emergence of a Theory: The Importance of Marx’s Notebooks Exemplified by Those from 1844,” *Rethinking Marxism* 14/4 (2002: 29–46; 33–4).

O novo emprego do termo “modo de produção” por Marx fazia parte deste “movimento”. Ele aparece em passagens que exploram o significado do comunismo no terceiro manuscrito de 1844, datado de agosto. Esta explicação, contudo, foi construída sobre teses que ele começou a desenvolver nos dois primeiros manuscritos enquanto ele levava a análise de Engels da propriedade privada para uma nova direção. Engels contribuíra com um artigo chamado “Esboços de uma crítica da economia política” no *Deutsch-Französische Jahrbücher*, no qual ele argumentava que os defensores do livre comércio teriam superado o mercantilismo sem questionar sua premissa principal, “a *validade da propriedade privada*”.⁸¹ Conforme ele examinava as categorias que provinham da propriedade privada, Engels também rastreava as suas consequências práticas e concluía que a propriedade privada era a causa da “imoralidade da condição humana até agora”.⁸² Marx considerou este ensaio muito bom, e ele foi certamente um guia útil no momento em que Marx embarcava em seu próprio estudo da economia política.⁸³ Ele até mesmo acompanhou Engels ao examinar o que os economistas políticos deixaram escapar na medida em que pressupunham a propriedade privada como algo certo. No primeiro manuscrito de 1844, Marx elucida as consequências analíticas e práticas da propriedade pri-

⁸¹ Frederick Engels, “Outlines of a Critique of Political Economy,” em MECW 3 (1975: 418–43; 419).

⁸² *Ibid.* (1975: 432).

⁸³ Cf. Marx, *Critique of Political Economy* em MECW 29 (1987: 262); Karl Marx, “Summary of Frederick Engels’ Article ‘Outlines of a Critique of Political Economy,’” em MECW 3 (1975: 375–6). Sobre a ocasião deste ensaio, cf. Terrell Carver, “Marx—and Engels’s ‘Outlines of a Critique of Political Economy,’” *History of Political Thought* 4/2 (1983: 357–65; 357).

vada começando por um “fato econômico *atual*” – de que os trabalhadores se tornam mais pobres conforme eles criam mais mercadorias e, assim, mais riqueza.⁸⁴ Porém, Marx também olha para além da relação entre os trabalhadores e os seus produtos para considerar o que ele chama de “relação essencial do trabalho” ou “relação do *trabalhador* com a produção”.⁸⁵ Essa investigação desemboca numa conclusão não alcançada por Engels. Pois ela revela não apenas as consequências da propriedade privada, mas também que a propriedade é ela mesma uma consequência de um tipo particular de atividade.

Marx denomina esta atividade de “trabalho estranhado” [*estranged labour*] no primeiro manuscrito e a explica em contraste com um tipo diferente de atividade, uma que é especificamente humana. Aqui, ele funde o conceito de Hess de “atividade vital produtiva” com a ideia de Feuerbach de que a espécie humana se distingue por meio de sua consciência.⁸⁶ Enquanto castores e abelhas fazem moradia por serem compelidos por necessidade física, os homens não o produzem simplesmente por necessidade. Eles também podem produzir em liberdade. Isso significa que eles podem planejar e fabricar um “mundo de objetos” que existe para além deles mesmos e de suas necessidades básicas, um mundo que pode ser desfrutado por outros e que é

⁸⁴ Marx, “1844 Manuscripts,” em MECW 3 (1975: 270–72, trad. modificada); Karl Marx, “Ökonomisch-philosophische Manuskripte (Erste Wiedergabe),” em MEGA² I/2 (1982: 187–322; 235). Veja também Marx, “1844 Manuscripts,” MECW 3 (1975: 235–46).

⁸⁵ Marx, “1844 Manuscripts,” MECW 3 (1975: 274).

⁸⁶ Ludwig Feuerbach, *The Essence of Christianity* (1841), trad. George Eliot (1989: 1–2). Gareth Stedman Jones também nota a influência de Hess nos “Manuscritos de 1844,” mas não a conexão entre o “modo de produção” de Marx e a “atividade vital produtiva” de Hess. Cf. Stedman Jones, *Karl Marx* (2016: 172).

governado pelas leis da beleza. Marx argumenta que é ao moldar tal mundo que os seres humanos cultivam suas capacidades mentais e físicas, as quais se tornam materializadas nos objetos por eles produzidos. Por sua vez, estes objetos permitem aos homens confrontar e contemplar a riqueza crescente de suas habilidades.⁸⁷ O objeto da produção humana e livre é portanto a própria espécie humana, ou “a *propriedade realmente humana e social*”.⁸⁸

Em contraste, o ser humano é perdido por meio do trabalho estranhado porque esta atividade não é nem espontânea nem intencional, porém duplamente forçada. Não apenas os trabalhadores são postos em movimento pela vontade de uma outra pessoa, que lhes fornece suas tarefas e materiais, mas eles também aceitam esse jugo porque são compelidos a fazê-lo por necessidade física, ou porque o salário que compra seu trabalho é o que os mantém vivos. Marx sublinha que onde a “própria *atividade de vida, vida produtiva*” é algo exterior aos indivíduos e apenas um meio para a sua existência, assim também é o objeto de sua atividade.⁸⁹ O objeto do trabalho estranhado é, assim, a propriedade privada, que domina seus criadores e os confronta com seu rebaixamento. Conforme Marx continua a elaborar a natureza desta propriedade no segundo manuscrito, do qual pouco chegou até nós, ele refina seu argumento e esclarece que ele envolve “a produção da atividade humana como *trabalho*, isto é, como uma atividade bastante alienada de si, ao homem e à natureza, e por

⁸⁷ Marx, “1844 Manuscripts,” MECW 3 (1975: 275–7).

⁸⁸ Ibid. (1975: 281).

⁸⁹ Ibid. (1975: 276).

isso da consciência e da expressão da vida [*Lebensäußerung*]", conjuntamente com "a produção do objeto da atividade humana como *capital* – na qual toda determinidade natural e social do objeto é *eliminada* [*ausgelöscht*]"⁹⁰

Quando Marx define o comunismo no terceiro manuscrito, ele o faz com essa atividade e esse objeto em mente – ele chama isso de "a transcendência *positiva* da *propriedade privada* como o *auto-estranhamento* [*self-estrangement*] *humano*, e portanto como a *apropriação* efetiva da essência *humana* pelo e para o homem; o comunismo portanto como o completo retorno [*Rückkehr*] do homem a si como um ser *social* (i.e., humano) – um retorno alcançado conscientemente e abrangendo a riqueza inteira do desenvolvimento *pregresso*"⁹¹ Contudo, esse "retorno" não implicaria alcançar uma condição original, mesmo que perdida. Embora Marx identifique necessidades, faculdades e capacidade que são "humanas", ele também insiste que essa essência nunca nos foi dada. Assim como Hess, ele argumenta que nós, ao contrário, produzimos a nós mesmos conforme produzimos nosso mundo. Nossa natureza é um artefato resistente, embora maleável, de nossa atividade produtiva, e assim como essa atividade pode nos fazer humanos, ela também pode nos alienar [*estrane*] dessa essência. Marx havia elaborado uma versão dessa tese na explicação sobre o trabalho estranhado presente no primeiro manuscrito, e ele desenvolve essa tese no terceiro manuscrito ao partir de uma visão mais ampla do problema e ao

⁹⁰ Ibid. (1975: 285, trad. modificada); Marx, "Ökonomisch-philosophische Manuskripte" MEGA² I/2 (1982: 249-50).

⁹¹ Marx, "1844 Manuscripts" MECW 3 (1975: 296).

descrevê-lo em novos termos. Ele escreve agora que este estranhamento ocorre na medida em que nossa natureza é feita por meio da “religião, família, Estado, lei, moralidade, ciência, arte, etc.”, mas enfatiza que estes “são apenas modo de produção *particulares*” e que eles “obedecem à sua lei geral”.⁹² A chave para superar todo estranhamento é, assim, observar a indústria, o lugar do “estranhamento econômico”, que abrange não apenas a “vida interna” dos seres humanos mas também a sua “*vida real*”.

Marx esclarece posteriormente este argumento ao empregar o termo “modo de produção” novamente, agora para mostrar que a propriedade privada e os trabalhadores são produzidos por meio do mesmo processo. “Os *modos (instrumentos)* mais grosseiros do trabalho humano estão voltando”, ele escreve, “a *esteira* dos escravos romanos, por exemplo, é o modo de produção, o modo de existência, de muitos trabalhadores ingleses”.⁹³ Um efeito dessa simplificação dos instrumentos e do trabalho é transformar a criança, “o ser humano ainda em formação”, num trabalhador, e “o ser humano *enfraquecido* numa máquina”. Até mesmo necessidades animais como claridade, ar fresco, e limpeza deixam de ser necessidades para esses trabalhadores, que buscam apenas a subsistência física mais básica. “Essa vida, *também*,” eles passam a acreditar, “é vida e existência *humanas*”.⁹⁴ Eis a tese de Marx em 1846 de que um “modo de produção” engendra mais do que a mera reprodução da existência física de seres humanos. Pois ele também é “uma forma determinada de

⁹² Ibid. (1975: 297).

⁹³ Ibid. (1975: 308, trad. modificada); Marx, “Ökonomisch-philosophische Manuskripte” MEGA² I/2 (1982: 280).

⁹⁴ Marx, “1844 Manuscripts” (1975: 308).

expressão de sua vida”, ele escreverá, “um *modo de vida* determinado por sua parte. Como os indivíduos expressam sua vida, assim eles são”.⁹⁵

Contudo, a indústria é também importante nos manuscritos de 1844 por causa dos objetos que ela produz. Marx observa que a produção da propriedade privada tornou os humanos tão preocupados com possuir coisas que isso se tornou a única forma pela qual eles experimentam o mundo. “No lugar de todos os sentidos físicos e mentais”, ele escreve, “passou-se portanto ao estranhamento [estrangement] total de todos esses sentidos, o sentido de ter”.⁹⁶ E, ainda assim, enquanto a propriedade privada é “a expressão material perceptível da vida humana estranhada”, esses objetos, junto com a indústria em sentido mais amplo, são também “a revelação exotérica dos poderes essenciais do homem” e mostram que a ciência natural “preparou a emancipação humana, embora seu efeito imediato tinha de ser promover a desumanização do homem.”⁹⁷ Marx conclui que “um novo modo de produção, e um novo objeto de produção” iria portanto engendrar “uma nova manifestação das forças da natureza humana e um novo enriquecimento da natureza humana”.⁹⁸ Ele produziria um novo tipo de ser humano, “o homem rico profundamente contemplado de todos os sentidos”.⁹⁹

⁹⁵ Marx e Engels, “[2. Kapitelnangfang],” (MEGA² I/5, p. 11), MECW 5 (1976: 13).

⁹⁶ Marx, “1844 Manuscripts,” (1975: 300).

⁹⁷ Ibid. (1975: 297; 303).

⁹⁸ Ibid. (1975: 306).

⁹⁹ Ibid. (1975: 302; 297–8). Cf. também Karl Marx, “Comments on James Mill, *Éléments d’économie politique*,” em MECW 3 (1975: 211–28; 227–8).

No terceiro manuscrito de 1844, Marx jamais usou seu conceito de “modo de produção” para fazer considerações sobre a história ou suas épocas, mas esse conceito assumiu ali, não obstante, uma qualidade temporal conforme ele esclarecia as suas ideias sobre como a natureza humana é e o que ela poderia se tornar. Alguns meses depois, ele levou adiante esse conceito nessa direção na medida em que desenvolvia um outro conjunto de ideias do mesmo caderno. Essas ideias tinham a ver com a crítica alemã e com a sua “atitude acrítica em relação ao método da crítica”, o qual, Marx argumentava, permanecia próximo demais da filosofia hegeliana e sua visão de que “somente o *espírito* é a essência *verdadeira* do homem.”¹⁰⁰ Tanto no terceiro manuscrito quanto em uma carta a Feuerbach do mesmo mês, Marx se concentrou no método de Bruno Bauer e dos outros contribuidores do *Allgemeine Literatur-Zeitung* [Jornal de literatura geral], o jornal editado por Bauer. Porque “estes berlinenses” seguem Hegel no que se refere à “*consciência* ou *autoconsciência* como a *única* qualidade humana,” eles consideram as “distintas formas de estranhamento” também como “formas diversas de consciência ou autoconsciência”.¹⁰¹ Conforme Marx explica, isso significa que eles “reconheciam somente uma necessidade *real*, a necessidade da crítica *teórica*,” já que é essa a forma pela qual a consciência é transformada. E em contraste com Marx, que insistia que a tarefa de alcançar a emancipação humana requer não apenas uma crítica das condições presentes, mas também um “elemento prático”, o proletari-

¹⁰⁰ Marx, “1844 Manuscripts” (1975: 327, 332).

¹⁰¹ Marx a Ludwig Feuerbach, 11 agosto de 1844, em MECW 3 (1975: 354-7; 356); Marx, “1844 Manuscripts,” (1975: 332).

ado, Bauer e seus colegas pensavam que a crítica era “o único elemento *ativo* na história.”¹⁰² Marx comunicou Feuerbach de seu plano de escrever “uma pequena brochura atacando essa aberração de crítica” e logo em seguida decidiu fazer isso com Engels, de quem ele se tornou amigo ao final de agosto de 1844. Eles terminaram uma obra considerável ao final do ano e publicaram-na em fevereiro de 1845 como *A sagrada família* ou *Crítica da crítica crítica*. Engels a chamou de uma declaração de guerra.¹⁰³

A peça central da contribuição de Marx é uma série de críticas a Bauer, incluindo suas réplicas às cartas que o *Allgemeine Literatur-Zeitung* tinha recebido. Numa carta, um correspondente que exalta Bauer também lamenta que os jovens hegelianos tivessem tentado alcançar o “conhecimento do mundo e do homem ... apenas pela acuidade de pensamento,” e que eles descuidaram da importância tanto do conhecimento natural-científico e industrial, quanto também dos sentidos, em sua busca.¹⁰⁴ Bauer censura o correspondente por se mostrar ser “*um oponente da própria crítica*” e ele insiste que “a natureza não é a única realidade *porque nós a comemos e bebemos em seus produtos individuais.*” Adicionalmente, observa Marx, Bauer contrataca “a embaraçosa e impertinente demanda para estudar a ‘natureza’ e a ‘indústria’ com a seguinte exclamação retórica

¹⁰² Marx a Feuerbach, 11 ago. 1844 em MECW 3 (1975: 356); Marx, “1844 Manuscripts,” (1975: 327-8).

¹⁰³ Frederick Engels, Letter in *The New Moral World* 46, 10 de maio de 1845, em MECW 4 (1975: 237-42; 240).

¹⁰⁴ A citações desta carta e da resposta de Bauer são de “Correspondenz aus der Provinz,” *Allgemeine Literatur-Zeitung* 6 de 1844 traduzidas em Karl Marx e Frederick Engels, *The Holy Family or Critique of Critical Criticism*, em MECW 4 (1975: 5-211; 149-50).

indisputavelmente astuta: ‘Ou’ (!) ‘você pensa que o conhecimento da realidade *histórica* já está *completo*? Ou’ (!) ‘você sabe de algum período singular na história que já foi *realmente* compreendido?’”

Marx zomba do desdém de Bauer pela natureza ao invocar as suas próprias teses sobre a ciência natural e indústria do terceiro manuscrito de 1844. Ele inicialmente ridiculariza os limites do conhecimento de Bauer: “a Crítica Crítica conhece este tanto sobre os *produtos individuais* da natureza que ‘nós os *comemos e bebemos*’. Todo respeito para a ciência natural da Crítica Crítica!”¹⁰⁵ Ele, então, se volta com Bauer para o tópico do conhecimento histórico e responde com suas próprias questões. Marx pergunta,

 Ou a Crítica Crítica acredita que ela alcançou até mesmo o *começo* de um conhecimento da realidade histórica na medida em que exclui *do* movimento histórico a relação teórica e prática do homem com a natureza, i.e., a ciência natural e indústria? Ou ela acha que realmente conhece algum período sem conhecer, por exemplo, a indústria deste período, o modo de produção imediato da vida mesma?

Ele conclui, “Assim como isto separa o pensamento dos sentidos, a alma do corpo e a si mesmo do mundo, ela separa a história da ciência natural e indústria, e enxerga a origem da história não na produção *material* vulgar na terra, mas nas nuvens nebulosas nos céus”.¹⁰⁶ Nessas linhas, o “modo de produção” mantém a conexão para com a vida humana que Marx estabele-

¹⁰⁵ Marx e Engels, *The Holy Family* (1975: 150).

¹⁰⁶ *Ibid.*

cera no terceiro manuscrito de 1844. Mas agora ele lança a ideia de que, ao moldar os seres humanos, um dado modo de produção engendra a história também. Entendido assim, o conceito é preparado para o tipo de crítica esboçado por Marx em sua carta a Ruge, pois ele se torna a chave para compreender a diferença e a especificidade históricas e assim o próprio tempo presente.

Stirner e suas épocas

Logo após a publicação de *A sagrada família*, Engels disse a Marx que essa obra foi “escrita de forma esplêndida e foi o suficiente para fazer rir. Os Bauers não conseguirão dizer uma palavra.”¹⁰⁷ Parece que Marx também estava satisfeito com sua obra conjunta e que ele estava pronto para deixar para trás os “críticos críticos”. Em fevereiro de 1845, ele assinou um contrato com Leske para publicar uma crítica da política e da economia política em dois volumes, projeto ao qual ele se dedicou ao longo dos meses seguintes. Naquele verão ele viajou para a Inglaterra com Engels, que estava escrevendo seu próprio livro sobre a sociedade inglesa e sobre socialismo, e eles passaram a maior parte de julho e agosto lendo em Manchester. Em outubro, eles haviam decidido colaborar numa crítica das tarifas protecionistas e do livre mercado.¹⁰⁸ Porém, naquele momento, Bruno Bauer

¹⁰⁷ Engels a Marx, 17 de março de 1845, em MECW 38 (1982: 26–30; 28). Engels estava se referindo a Bruno Bauer e a seu irmão Edgar, cujo trabalho também foi criticado na *Sagrada família*. Um terceiro irmão Bauer, Egbert, publicava o *Allgemeine Literatur-Zeitung* [Jornal de literatura geral].

¹⁰⁸ Jürgen Herres, *Marx und Engels: Porträt einer intellektuellen Freundschaft* (2018: 65–7); Engels a Julius Campe, 14 out. de 1845, em MECW 38 (1982: 34).

já havia respondido à *Sagrada família*, o que os afastou dos seus novos projetos e os conduziu de volta à crítica da filosofia alemã.¹⁰⁹ Marx diria em agosto de 1846 a Leske que ele não tocava há meses nos seus volumes prometidos: “Pois me parecia muito importante *preceder* a meu desenvolvimento *positivo* com um artigo polêmico contra a filosofia alemã e o *socialismo alemão* até o presente. Isto é necessário a fim de preparar o público para o ponto de vista adotado na minha economia, que é diametralmente oposto à sabedoria alemã passada e presente.”¹¹⁰ Este período de trabalho começou em novembro de 1845 com uma resposta anônima ao artigo de Bauer.¹¹¹ E embora isso revelasse que a réplica de Bauer não havia impressionado Marx e Engels, pois eles confiavam nos argumentos da *Sagrada família*, rapidamente eles esboçaram uma outra resposta antes de deixar isso de lado a fim de dedicar a sua atenção a Max Stirner, pseudônimo de Johann Caspar Schmidt.

No começo da década de 1840, Stirner dava aulas em Berlim numa escola privada para garotas e passava suas tardes em conversas animadas com os “Livres”, um grupo informal de pensadores radicais que começou a se reunir em volta de Bruno Bauer em 1842.¹¹² Apesar de Stirner já ter publicado inúmeros artigos, nenhum havia preparado plenamente seus colegas para *O único e sua propriedade* [Der Einzige und sein Eigentum]

¹⁰⁹ Bauer incluiu sua réplica em “Charakteristik Ludwig Feuerbachs,” *Wigands Vierteljahrschrift* 3 (1845: 86–146).

¹¹⁰ Marx a Carl Friedrich Julius Leske, 1 ago. 1846, em MECW 38 (1982: 48–52; 50).

¹¹¹ Cf. Karl Marx e Frederick Engels, “A Reply to Bruno Bauer’s Anti-critique,” em MECW 5 (1976: 15–18).

¹¹² David Leopold, “A Solitary Life,” em Saul Newman, ed., *Max Stirner* (2011: 21–41; 24–5).

quando ele começou a circular nos meses finais de 1844.¹¹³ Este livro era em grande medida uma resposta à crítica da religião de Feuerbach, que defendia que os homens criaram Deus ao projetar sua essência como um ser externo e ao adorá-la como algo divino. Feuerbach argumentava que foi desta forma que os homens conseguiram, pela primeira vez, contemplar sua própria natureza – como um objeto fora de si mesmo – e que ao longo do tempo, na medida em que a religião progredia, alguma parte dessa natureza era recuperada da deidade. “O que era visto por uma religião mais antiga como objetivo”, escreveu ele, “agora é reconhecido como subjetivo; isto é, o que era anteriormente contemplado e adorado como Deus é agora percebido como algo *humano* ... todo avanço na religião é, portanto, um autoconhecimento mais profundo”.¹¹⁴ Este processo longo culmina com o auxílio de um novo tipo de filosofia, que mostra que “a antítese do divino e humano é inteiramente ilusória” e que “o *homem tem seu ser supremo, seu Deus, em si mesmo*; não em si mesmo como um indivíduo, mas em sua natureza essencial, sua espécie”.¹¹⁵

“Podemos nos conformar com isto”, pergunta Stirner, “que ‘nossa essência’ é trazida a uma oposição a *nós*, que nós estamos separados em um Eu essencial e um não essencial?”¹¹⁶ De acordo com Stirner, Feuerbach havia elevado o ideal de “homem” à posi-

¹¹³ Lawrence S. Stepelevich, “The Revival of Max Stirner,” *Journal of the History of Ideas* 35/2 (1974: 323–8; 323). Embora o livro de Stirner tivesse sido oficialmente publicado em 1845, “folhas de amostra” estavam disponíveis por volta de novembro de 1844. Cf. Engels a Marx, 19 Nov. 1844, em MECW 38 (1982: 9–14; 11–13).

¹¹⁴ Feuerbach, *Essence of Christianity* (1989: 13).

¹¹⁵ *Ibid.* (1989: viii-x; 13; 281).

¹¹⁶ Max Stirner, *The Ego and Its Own* (1845), ed. David Leopold (1995: 33-4).

ção ocupada por “Deus” – o que permitiu a esse ideal de “homem” dominar o eu individual e eclipsar suas propriedades únicas. “A *religião humana*”, em outras palavras, “é apenas a última metamorfose da religião cristã”.¹¹⁷ O livro de Stirner descreve esta dominação pelos ideais passados e presentes e anuncia o futuro que é conquistado pela recusa desses ideais. Ele insiste que este ato insufla antes uma “insurreição” do que uma revolução – “revolução almejava novos *arranjos*; a insurreição nos leva a não nos *deixarmos* mais ser *arranjados*” – e que o futuro que se segue nada sabe do comunismo, que seria apenas outra *translatio imperii*, uma que faz o ideal de “sociedade humana” valer no lugar do “homem”.¹¹⁸ A insurreição de Stirner quebra esta corrente com um ato de rebeldia. Indivíduos se elevam acima da ordem estabelecida ao se recusarem a fazer qualquer coisa pelo bem de “Deus” ou do “homem”. Depois disso, esses “egoístas” agem somente para o seu próprio benefício e buscam satisfação somente em si mesmos.¹¹⁹

A crítica empreendida por Stirner se estendia a qualquer um que acreditasse numa essência humana, Marx inclusive, cuja “*crítica implacável de tudo que existe*” levou a crítica de Feuerbach a sua completude. Embora Marx tivesse celebrado a descoberta de Feuerbach de que o “*homem é o ser supremo para o homem*”, ele também insistia que apenas este conhecimento não poderia superar o auto-estranhamento [*self-estrangement*].¹²⁰ A religião, explicava Marx, é tanto a origem do estranhamento

¹¹⁷ Ibid. (1995: 156-8).

¹¹⁸ Ibid. (1995: 279-80; 222-3).

¹¹⁹ Ibid. (1995: 282).

¹²⁰ Marx, “Critique of Hegel’s Philosophy of Law: Introduction” (1975: 182).

quanto seu sintoma; é somente porque “a *essência humana* não tem uma realidade verdadeira” que as pessoas buscam sua “*realização fantástica*” em Deus, e assim a crítica da religião deve se tornar a crítica do mundo que a requer.¹²¹ Os artigos de Marx no *Deutsch-Französische Jahrbücher* tinham se ocupado, portanto, de “desmascarar o auto-estranhamento [*self-estrangement*] em suas *formas profanas*,” particularmente ao mostrar que o Estado moderno impede os indivíduos de realizar sua essência em suas vidas cotidianas.¹²² Mais uma vez, ele argumentou que isso ocorre porque o Estado moderno divide a vida humana em duas, o cidadão público e o indivíduo privado, e porque considera a atividade social como um meio para a satisfação privada, por exemplo, salvaguardando o direito natural à propriedade, que o Estado admite. Por isso, Marx enfatizou que o auto-estranhamento será superado “somente quando o homem real [*wirkliche*], individual re-absorvesse em si mesmo o cidadão abstrato, e como ser humano individual se tornasse um *ser genérico* em sua vida empírica [*empirischen*].”¹²³ Stirner via nessa aspiração uma afinidade com o liberalismo criticado por Marx, pois em ambos casos, o Eu singular é obliterado pela concepção de uma essência humana universal: “A fim de me identificar agora totalmente com o homem, a exigência foi inventada, e colocada [*gestellt*], de que Eu deveria me tornar um ‘ser genérico efetivo [*wirkliches Gattungswesen*]’”¹²⁴

¹²¹ Ibid. (1975: 175-6).

¹²² Ibid. (1975: 176).

¹²³ Marx, “On the Jewish Question” (1975: 168).

¹²⁴ Stirner, *The Ego* (1995:158, trad. modificada).

Marx começou uma resenha do livro de Stirner logo após lê-lo, porém perdeu o prazo de entrega e abandonou o ensaio no começo de 1845.¹²⁵ Em sua segunda tentativa de fazer uma crítica, escrita conjuntamente com Engels, Stirner aparece sob a alcunha de “São Max” e cerra fileiras com “São Bruno” na qualidade de membro do “Concílio de Leipzig”, um grupo preocupado com “os interesses mais sagrados do espírito” no lugar de “coisas mundanas” como “a praga da batata, assuntos bancários e estradas de ferro”.¹²⁶ E com esta crítica renovada da filosofia alemã, Marx retornou às questões que ele colocara a Bauer na *Sagrada família*. Eram questões sobre a natureza da história e como nós podemos conhecer seus períodos, questões respondidas por Marx de modo sumário com referência ao “modo de produção”. Marx as retomou em parte pelo fato de que Bauer tinha feito isso primeiro. Em sua réplica à *Sagrada família*, Bauer tinha insistido que a crítica e os críticos “guiaram e fizeram a história, que até mesmos seus oponentes e todos os movimentos e agitações do tempo presente são sua criação”.¹²⁷ Em “São Bruno”, Marx e Engels ridicularizam a lógica deste argumento e enfatizam que Bauer tinha falhado em compreender os “conflitos do presente”.¹²⁸ Porém o problema de como o crítico pode vir a conhecer uma época particular, especialmente a época presente,

¹²⁵ Engels a Marx, 19 Nov. 1844 (1982: 11); Marx a Heinrich Börnstein, fim de dezembro de 1844–começo de janeiro de 1845, em MECW 38 (1982: 14).

¹²⁶ Karl Marx e Friedrich Engels, “Das Leipziger Konzil,” em MEGA² I/5 (2017: 140–43; 140); MECW 5 (1976: 94).

¹²⁷ Bauer, “Charakteristik Ludwig Feuerbachs,” (1845: 139), traduzido em MECW 5 (1976: 109).

¹²⁸ Karl Marx e Friedrich Engels, “II. Sankt Bruno,” em MEGA² I/5 (2017: 144–64; 147–8; 157–8); MECW 5 (1976: 98–9; 109–10).

tornou-se uma preocupação maior para Marx nos manuscritos de 1845-6 e não estava mais confinada a sua disputa com Bauer. De fato, essa preocupação anima a crítica de Stirner, cujo argumento em *O único e sua propriedade* reside sobre a base de um conjunto elaborado de teses sobre a natureza do presente.

Na primeira parte de seu livro, Stirner descreve a dominação do Eu através dos tempos antigos e modernos e então antecipa uma nova época na parte dois, uma na qual o Eu individual pode finalmente florescer. Mas essas três épocas correspondem a outras. São elas a infância, a juventude e a idade adulta do ser humano, uma duração de vida que Stirner, em seguida, define como abordagens realistas, idealistas e egoístas para a autocompreensão.¹²⁹ Ele também explica que a história mundial é moldada pela “raça caucasiana”, que já passou pelas épocas “negroide” e “mongoloide”. Enquanto a primeira época “representa a *antiguidade*, o tempo da dependência das *coisas*,” Stirner entende a “época mongol” como “o tempo da dependência nos pensamentos, o tempo *cristão*,” quando um interesse pela descoberta do que se esconde por de trás do mundo visível assumiu várias formas.¹³⁰ O período alvoreceu com a Idade Média católica, porém foi, em seguida, transformado por Lutero e, mais uma vez, pelos liberais, que depositaram sua fé nos “conceitos reais, e leis eternas no lugar de ‘dogmas brutos’ e preceitos”.¹³¹ De acordo com Stirner, assim como a “raça caucasiana” teve de rejeitar sua “*negrodidade* interna,” assim também ela teve de

¹²⁹ Stirner, *The Ego* (1995: 13–18).

¹³⁰ *Ibid.* (1995: 62–4).

¹³¹ *Ibid.* (1995: 76–8; 88).

superar essa época “mongol” ou “moderna” ao renunciar tanto a “Deus” quanto ao “homem”, o conceito chave do liberalismo.¹³²

“São Max” examina como Stirner “preenche esse esquema”.¹³³ Focar no tratamento de Stirner das épocas é a forma pela qual Marx e Engels mostram que a crítica dele é impotente, e isso leva Marx a revisitar suas próprias opiniões sobre como a época presente pode ser compreendida. Nos dois casos, ele e Engels repetem os argumentos previamente mobilizados no *Deutsch-Französische Jahrbücher*. Feuerbach, escrevem eles, tinha mostrado que as ideias religiosas eram ilusões, porém ele deixou para outros a tarefa de determinar as suas fontes mundanas. O problema é que Stirner ignora essa tarefa e, em vez disso, “acredita que em sua luta contra os ‘predicados’, contra os conceitos, ele não está mais atacando uma ilusão, mas as forças reais que dominam o mundo”.¹³⁴ Assim como Marx e Engels enfatizam ao longo de “São Max”, quando o tempo presente é compreendido por meio de uma ideia prevalecte, tudo o que seria necessário para a sua superação seria tirar a ideia “da cabeça”. Porém, se esse for o objetivo do crítico, “tudo permanece como antes.”¹³⁵ Eles confrontam essa abordagem do presente e a sua transformação com aquela que Marx tinha formulado nas páginas do *Deutsch-Französische Jahrbücher*. Lá, eles argumentavam, Marx tinha oferecido “uma visão crítica do mundo” ao se atentar aos seus “pressupostos materiais efetivos”. Eles também reconhecem que o uso de termos filosóficos tradicionais por Marx nestes

¹³² Ibid. (1995: 62-3, 139; 155-7).

¹³³ Marx e Engels, “Sankt Max”, MEGA² I/5 (2017: 187); MECW 5 (1976: 136).

¹³⁴ Ibid. (2017: 292); MECW 5 (1976: 237, trad. modificada).

¹³⁵ Ibid (2017: 491); MECW 5 (1976: 433).

ensaios, incluindo “essência humana” e “espécie”, dera a Stirner uma desculpa para negligenciar a novidade do que ele estava fazendo neles.¹³⁶ Assim como vimos, Marx destilou seus objetivos e método em suas cartas a Ruge, que apareceriam entre os conteúdos da revista: ele procurava elucidar um futuro que é preparado pelas condições presentes, conjuntamente com as lutas práticas que devem ser conduzidas a fim de realizá-lo. Em “São Max”, Marx reitera que esta tarefa requer que o crítico “saia da filosofia e se devote como um homem comum ao estudo da realidade”.¹³⁷

O “modo de produção” e a crítica social

No entanto, quando o crítico sai [da filosofia], por onde deve começar “o estudo da realidade”? Como vimos acima, a resposta de Marx no *Deutsch-Französische Jahrbücher* para essa questão era “o Estado político”: ele procurava pelos princípios que foram vitoriosos quando um sistema fundado em direitos suplantava um sistema fundado em privilégios, e ele tomava estes princípios como padrões com os quais poderia avaliar e reimaginar a vida social existente. Porém, ele formula uma abordagem diferente em “São Max”, a qual se torna particularmente evidente quando ele contesta a narrativa de Stirner da própria luta política que ele examinara no *Jahrbücher*. Como Marx e Engels notam, Stirner

¹³⁶ Ibid. (2017: 291); MECW 5 (1976: 236).

¹³⁷ Ibid.

transforma a luta pelo privilégio [*Vorrecht*] e pelo direito igual numa luta pelo mero “conceito” privilegiado e igual. Desse modo, ele se poupa de saber algo sobre o modo de produção medieval, cuja expressão é o *privilégio*, e do modo de produção moderno, cuja expressão é o *direito* sem mais [*schlechthin*], o *direito igual*, e da relação destes dois modos de produção com as relações jurídicas [*Rechtsverhältnissen*] correspondentes.¹³⁸

No lugar de entender os períodos medieval e moderno por meio de suas formas políticas prevaletentes, Marx insiste aqui no que ele havia proposto na *Sagrada Família* – que esses períodos só poderiam ser compreendidos observando-se como cada um se constitui.

Porém, num aspecto crucial a abordagem de Marx da crítica não tinha mudado. Ele não parou de defender que a tarefa principal do crítico é compreender a natureza do presente, nem de repente reduziu essa tarefa ao trabalho de descobrir uma lei ou lógica universal que pudesse explicar a essência de todos os períodos históricos. Isso é, evidentemente, o que leituras de “I. Feuerbach” têm sugerido por muito tempo sobre sua ambição em 1845-6. Em “São Max”, Marx rejeita essa abordagem conforme ele examina a forma pela qual certos tratamentos de épocas históricas podem asfixiar o trabalho da crítica. Reflexões como estas são raras em sua obra, e é revelador que elas apareçam onde ele começa a usar “modo de produção” como um conceito histórico. De fato, elas sugerem o que Marx procurava inicialmente alcançar com isso: elucidar a especificidade histórica e, com isso, entender épocas distintas.

¹³⁸ Ibid. (2017: 381); MECW 5 (1976 :327). [Tradução nossa]

Marx e Engels notam, por exemplo, que enquanto os filósofos alemães frequentemente distinguem uma época antiga de realismo de uma época moderna ou cristã de idealismo, muitos escritores – economistas, historiadores e cientistas – franceses e ingleses fazem o oposto. Para esses escritores, a época moderna é o lugar do materialismo, do empirismo, e do “*ami du commerce* [amigo do comércio] realista”, o burguês. Marx e Engels não tinham nenhum interesse em decidir este debate, pois “todas essas contraposições abstratas e construções históricas servem para pouca coisa”.¹³⁹ Assim é um esquema que torna o tempo presente a verdade ou a tarefa da história, que faz “as épocas progressas se revestirem de uma forma [*Gestalt*] bizarra e até então sem precedentes”.¹⁴⁰ Sem dúvida, estas preocupações poderiam abranger o modelo de Hegel, no qual Stirner achou as abstrações que fundamentam seu esquema e com o qual ele aprendeu que “a época posterior é a ‘verdade’ da época precedente”.¹⁴¹ Porém, na medida em que Marx e Engels descrevem as tentativas “desajeitadas” de cópia de Hegel por Stirner, eles elucidam por que eles ficam incomodados sobretudo pela ideia de usar uma “construção histórica” herdada para compreender a natureza dos períodos distintos.¹⁴² Eles escrevem que quando Hegel começou a criar, “pela primeira vez, um sistema que abrange o conjunto da história e do mundo presente em todo o seu alcance”, ele pôde somente fazer isso com “conhecimento abrangente e positivo”, e assim fazendo uso, pelo menos em

¹³⁹ Ibid. (2017: 194-5); MECW 5 (1976: 144).

¹⁴⁰ Ibid. (2017: 197); MECW 5 (1976: 146).

¹⁴¹ Ibid. (2017: 227-30); MECW 5 (1976: 173-6).

¹⁴² Ibid. (2017: 223); MECW 5 (1976: 170).

algumas ocasiões, da história empírica.¹⁴³ Stirner, contudo, “fica satisfeito em explorar [e transformar] um padrão já existente”, o qual ele ilustra, por sua vez, “por meio de exemplos isolados”. Essa abordagem o desincumbe de ter que compreender as épocas por meio de suas próprias investigações históricas e conduz a resultados “ridículos”, especialmente quando ele pula “do passado para o presente imediato”.¹⁴⁴ Ele apenas agrava seu erro quando ele investiga o reino de uma ideia – “clericalismo” – conforme essa ideia assume “diferentes *nomes*, diferentes disfarces”, nas épocas medieval e moderna, pois “com este tipo de concepção de história, ‘todos os gatos são pardos’, já que todas as diferenças históricas são ‘abolidas’ [*aufhebt*] e ‘resolvidas’ na ‘noção de clericalismo’.”¹⁴⁵

Para Marx, “o estudo da realidade” certamente precisaria evitar esses erros. Se o presente fosse abordado por meio de um esquema abstrato ou por meio de uma lei que governa todos os períodos e que torna cada um essencialmente o mesmo, então o presente não seria conhecido de forma alguma. Conforme ele insiste no fragmento “5.,” “os resultados mais gerais, as abstrações que são derivadas da observação do desenvolvimento histórico dos homens”, não elucidam adequadamente as épocas.¹⁴⁶ O “estudo da realidade” demanda, assim, que o crítico faça mais do que apenas observar a história empírica e as condições materiais. Os críticos devem também achar um modo de ver e entender a diferença exposta acima.

¹⁴³ Ibid. (2017: 229); MECW 5 (1976: 176).

¹⁴⁴ Ibid.

¹⁴⁵ Ibid. (2017: 231); MECW 5 (1976: 177-8).

¹⁴⁶ Marx e Engels, “5. [Fragment],” em MEGA² I/5 (2017: 136); MECW 5 (1976: 37).

Contudo, isso não significa que os “resultados gerais” não eram importantes para Marx; “São Max” está repleto deles. E esse é um dos aspectos mais notáveis desse texto: ele mostra Marx, pela primeira vez, insistindo que as épocas sejam abordadas por meio de seus distintos modos de produção, ou para se valer da linguagem do fragmento “5.”, por meio do “estudo do processo de vida real e da atividade dos indivíduos de cada época,” enquanto também captura os esforços de Marx para elaborar o que significa produzir de modo geral – sua natureza, efeitos e riscos – conjuntamente com o que implicaria desenvolver um método da crítica que fosse centrado nessa atividade. Essas tentativas podem ser encontradas ali onde ele e Engels combateram as teses de Stirner acerca de tópicos tais como a propriedade individual e privada por meio das conclusões que eles alcançaram com ajuda de seus estudos recentes de economia política. De um ponto de vista mais geral, essas tentativas se constituem de conclusões como estas: que “sempre e em todas as circunstâncias”, indivíduos se unem por causa das necessidades humanas; que eles entram em tais relações “não como Eus puros, mas como indivíduos num estágio determinado do desenvolvimento de suas forças produtivas e de necessidades”; que eles “herdam as forças produtivas e as formas de intercâmbio acumuladas por seus predecessores”, as quais condicionam sua existência física e suas relações uns com os outros.¹⁴⁷ Marx e Engels pontuam também que “em todas as épocas,” a propriedade “está ligada a condições determinadas, em primeiro lugar econômicas, que dependem do grau de desenvolvimento das forças produ-”

¹⁴⁷ Marx e Engels, “Sankt Max”, MEGA² I/5, (2017: 495-6); MECW 5 (1976 :437-8).

vas e de intercâmbio – condições que adquirem necessariamente uma expressão jurídica e política”.¹⁴⁸

Um lugar em “São Max” no qual o “modo de produção” desempenha seu novo papel ao lado de tais “resultados gerais” é a seção chamada “Tratado No. 2: propriedade privada, Estado, e direito”. Nesta seção, Marx e Engels criticam Stirner por tentar compreender a propriedade privada como uma ideia em vez de examiná-la “em sua existência empírica, em sua conexão com as forças produtivas dos indivíduos.”¹⁴⁹ Como vimos acima, muitas das folhas utilizadas por editores para fazer “I. Feuerbach” são originadas daqui: elas contêm uma série de fragmentos sobre temas tais como a divisão do trabalho, a propriedade privada, o proletariado, e o comunismo, fragmentos escritos por Marx e Engels na medida em que eles faziam digressões de seu trabalho inicial nessa seção. Em certo momento no “Tratado” finalizado, Marx e Engels contestam a tese de Stirner de que a propriedade privada é “uma ficção, um pensamento,” porque ela é garantida pela lei e não pela posse.¹⁵⁰ Eles notam que quando Stirner faz o “*reconhecimento* político da propriedade privada na lei a base da propriedade privada,” se segue que seus problemas concomitantes se originam meramente da “fé dos indivíduos na concepção do direito, algo que eles *devem* extrair de suas cabeças.”¹⁵¹ Isto é também o caso do conceito de “respeito,” que, de acordo com Stirner, assegura ainda mais a propriedade burguesa ao impedir os indivíduos de tomar qualquer coisa que eles desejem

¹⁴⁸ Ibid. (2017: 413); MECW 5 (1976: 356, trad. modificada).

¹⁴⁹ Ibid. (2017: 410); MECW 5 (1976: 355).

¹⁵⁰ Stirner, *The Ego* (1995: 223).

¹⁵¹ Marx e Engels, “Sankt Max” (2017: 418-19); MECW 5 (1976: 361-2).

possuir.¹⁵² Como Marx e Engels colocam, neste modelo, a propriedade comercial “exclui a si mesma” da propriedade fundiária em virtude do “respeito,” assim como a propriedade industrial se exclui em relação à propriedade comercial. E assim Stirner “tem somente que tirar o respeito de sua cabeça a fim de superar [*aufheben*] de uma só tacada a divisão do trabalho e a forma [*Gestaltung*] de propriedade que lhe é resultante.”¹⁵³ Porém, a ideia de que as pessoas excluem a si mesmas da propriedade dos outros é uma ilusão, Marx e Engels insistem, e “no modo de produção e intercâmbio atual [*heutigen*] cada pessoa golpeia essa ilusão e direciona seus esforços precisamente para excluir todos os outros da propriedade que presentemente lhe pertencem”.¹⁵⁴

Aqui, então, a tese geral que em “I. Feuerbach” parece ser a base do entendimento de Marx das épocas históricas – de que a divisão do trabalho engendra uma forma de propriedade que lhe correspondente – é mobilizada em vistas do enfrentamento dos argumentos de Stirner sobre a propriedade privada. E onde Marx se refere ao tempo presente nesta passagem, ele emprega um conceito diferente – o “modo de produção” – que, como ele logo elucidaria, é “uma forma determinada de atividade ... um *modo de vida* determinado”.¹⁵⁵ Essa atividade certamente envolve uma divisão do trabalho, porém ela não é idêntica a ou exaurida por esta divisão. Como ponto de partida de Marx para o “estudo da realidade”, o “modo de produção” oferece uma lente muito mais

¹⁵² Stirner, *The Ego* (1995: 88; 220; 229).

¹⁵³ Marx e Engels, “Sankt Max”, *MEGA*² I/5, (2017: 425); *MECW* 5 (1976: 367, trad. modificada).

¹⁵⁴ *Ibid.* (trad. modificada).

¹⁵⁵ Marx e Engels, “[2. Kapitelanfang],” *MEGA*² I/5, (2017: 11); *MECW* 5 (1976: 31)

ampla para apreender “*como* [indivíduos] produzem” o mundo material, suas relações e a si mesmos.¹⁵⁶

Que Marx tenha decidido enxergar o presente por meio deste conceito, mesmo que ele ainda tivesse que elaborar de forma completa como estudar “o modo de produção atual”, se confirma numa das críticas do socialismo alemão que ele e Engels escreveram após completar “São Max”. Eles explicam ali: “com os diferentes estágios da produção estão dadas também diferentes relações de produção com o consumo, diferentes contradições dos dois; não ocorre a [Karl Grün] que para entender estas contradições deve-se examinar o modo de produção particular, junto com o conjunto inteiro das condições sociais baseado nele.”¹⁵⁷ Sem dúvida, esta referência aos “estágios da produção” poderia ser entendida como significando mais do que aquilo que Marx e Engels supõem a respeito da produção se alterar ao longo do tempo. Poderia ser tomada como um sinal de que eles acreditam que o próprio presente deveria ser abordado por meio do desdobramento de todos os estágios anteriores, cujo padrão e lógica produziram o conhecimento adequado do mundo existente. Contudo, esta interpretação é rapidamente abafada pela tese de Marx e Engels de que o crítico deveria começar a analisar as contradições existentes por meio do estudo “do modo de produção particular” que torna a época presente o que ela é. E logo aprendemos que esse conhecimento é de fato importante, uma vez que “somente através da transformação

¹⁵⁶ Ibid.; MECW 5 (1976: 32).

¹⁵⁷ Karl Marx e Friedrich Engels, “IV. Karl Grün: *Die soziale Bewegung in Frankreich u. Belgien* (Darmstadt 1845) oder die: die Geschichtsschreibung des wahren Sozialismus,” em MEGA² I/5: (2017: 545-89; 574); MECW 5 (1976: 516).

prática do modo de produção respectivo e das condições sociais nele baseadas que essas contradições podem ser resolvidas”.¹⁵⁸

Conclusão

Próximo ao fim de sua vida, Marx enfatizou que “seu método *analítico* ... não partia do *homem* mas de um dado período econômico da sociedade.”¹⁵⁹ Ele refinara esse método em seus cadernos duas décadas antes. Em um deles, que contém um manuscrito intitulado “A.) Einleitung” [Introdução] datado de agosto de 1857, Marx escreveu que ele não estava interessado em mapear o desdobramento histórico da produção social e a sucessão correspondente de categorias econômicas, pois fazer isso não o ajudaria a compreender seu “tema próprio” [*real subject-matter*] [*eigentliches Thema*]. O que ele queria era entender “uma determinada época histórica”, a “época” mesma “da produção” na qual ele vivia.¹⁶⁰ E, em vistas disso, ele disse que seria necessário começar analisando o “poder econômico” que torna a sociedade na época “moderna burguesa” o que ela era – “uma luz universal de que se embebem todas as cores, e que as modifica em sua particularidade”. Seu ponto de partida, então, seria o capital e o tipo de produção que ele engendra.¹⁶¹

¹⁵⁸ Ibid.

¹⁵⁹ Karl Marx, “Marginal Notes on Adolph Wagner’s *Lehrbuch der politischen Oekonomie*,” em MECW 24 (1989: 531-59; 547).

¹⁶⁰ Karl Marx, “Introduction”, em MECW 28 (1989: 17-48; 23; 44). [Todas citações da Introdução de 1857 e do Prefácio de 1859 foram retiradas de MARX, K. *Os pensadores*, vol. 35 (1974). Cf. p. 127-128]

¹⁶¹ Ibid. (1989: 43-4) [MARX, *Os pensadores* (1974: 127)].

Logo após ter escrito essas linhas, Marx foi instigado por uma crise econômica a trabalhar “feito um maluco noite adentro, toda noite, resumindo seus estudos econômicos” para que ele pudesse “ao menos fazer um rascunho [*Grundrisse*] claro antes do *dilúvio*”.¹⁶² Até a primavera seguinte, ele tinha preenchido mais sete cadernos.¹⁶³ Ele explicou em um desses cadernos que é “com a compreensão correta do presente”, e pelo reconhecimento de que as relações de produção são produtos da história, não da natureza, que é possível descobrir não apenas “um passado por trás” da economia burguesa, mas também “indícios que indicam a superação da forma atual das relações de produção, o movimento vindo a ser, assim *preludando o futuro*”. Pois se “as fases pré-burguesas aparecem como *simplesmente históricas*, i.e., pressupostos superados, então ... as condições presentes de produção aparecem como condições que *superam a si mesmas* e assim põem a si mesmas como *pressupostos históricos* para um novo estágio da sociedade.”¹⁶⁴ O que o passado oferece, então, não é uma chave para as condições existentes ou sua transformação, mas uma imagem da possibilidade de transformações ulteriores. Marx pensava que a natureza do presente e seus futuros possíveis poderiam somente ser encontrados pelo estudo de um dado modo de produção nele mesmo. Daí sua declaração

¹⁶² Marx a Engels, 8 Dez. 1857, em MECW 40 (1983: 214–17; 217, trad. modificada); Karl Marx a Friedrich Engels, 8. Dez. 1857, em MEGA² Seção III, vol. 8 (1990: 208–210; 210). Cf. também Marx a Ferdinand Lassalle, 21 Dez. 1857, em MECW 40 (1983: 225–7; 226). Marx começou este trabalho em outubro de 1857.

¹⁶³ Sobre a relação entre a “Introdução” de 1857 de Marx e estes cadernos, cf. Samuel A. Chambers, *Bearing Society in Mind* (2014: 88-9).

¹⁶⁴ Karl Marx, “Outlines of the Critique of Political Economy,” em MECW 28 (1986: 49–537; 389).

direta no prefácio ao *Capital* (1867): “O que tenho de examinar neste livro é o modo de produção capitalista, e as relações de produção e as formas de intercâmbio que lhe correspondem”.¹⁶⁵

Em 1846, Marx ainda tinha muito a descobrir sobre como estudar o modo de produção atual. Seu entendimento dessa tarefa certamente progrediu entre as décadas de 1840 e 1850, assim como esse entendimento continuaria a evoluir na medida em que Marx preparava o *Capital*. No entanto, este artigo mostrou que quando o “modo de produção” se tornou uma lente histórica em “São Max”, ele começou a desempenhar o papel que iria assumir, em uma forma mais refinada, nessas obras tardias. Conforme eu argumentei aqui, apresentações e interpretações convencionais dos manuscritos de 1845-6 obscureceram por muito tempo o desenvolvimento inicial desse conceito.

Porém, para finalizar, nós podemos considerar que essas interpretações, e talvez até mesmo a elaboração de “I. Feuerbach”, foram moldadas elas mesmas pelas avaliações de Marx no prefácio de *Para crítica da economia política* (1859), o primeiro de seis volumes planejados por Marx a partir dos cadernos de notas preenchidos em 1857-8.¹⁶⁶ Lá, num esboço biográfico breve, ele apresenta o “resultado geral” [*allgemeine Resultat*] de seus estudos em Paris e Bruxelas, começando com a tese de que as pessoas se encontram em “relações de produção” que elas não escolhem e que, ao contrário, correspondem a “um dado estágio no desenvolvimento de suas forças de produção materiais.” Marx

¹⁶⁵ Karl Marx, *Capital: A Critique of Political Economy*, vol. 1, trad. Ben Fowkes (1990: 90).

¹⁶⁶ Cf. Marx a Ferdinand Lassalle, 11 mar. 1858, em MECW 40 (1983: 286-7; 287).

extrapola rapidamente a partir daqui: essas relações constituem a “estrutura econômica” de uma dada sociedade e, por sua vez, dão origem a “uma superestrutura jurídica e política”, mas também se tornam “grilhões” para o desenvolvimento contínuo das forças produtivas. “Então começa uma era de revolução social,” porém não antes que as condições materiais para as “relações de produção superiores ... tenham maturado dentro da velha sociedade.” “Em grandes traços”, ele acrescenta, “podem ser caracterizados, como épocas progressivas da formação econômica da sociedade, os modos de produção: asiático, antigo, feudal e burguês moderno”.¹⁶⁷ Lênin certamente tinha em mente estas linhas em 1913 quando ele louvou a “grande realização no pensamento científico” empreendida por Marx: superar “o caos e a arbitrariedade que reinava previamente nas visões sobre a história e a política” com uma “teoria científica surpreendentemente integral e harmônica” centrada no crescimento sistemático das forças produtivas.¹⁶⁸ No *Collected Works*, Churbanov propõe “I. Feuerbach” como a origem desta “realização”.¹⁶⁹

Muitos estudiosos e estudiosas consideram as “afirmações esquemáticas” do prefácio de Marx embaraçosas e rejeitam o “determinismo tecnológico” que resulta quando uma teoria da história é construída a partir dessas afirmações.¹⁷⁰ Há razões, argumentam, para conceder pouca importância a essas teses.

¹⁶⁷ Marx, *Critique of Political Economy* (1990: 262–3, trad. modificada); Karl Marx, *Zur Kritik der politischen Ökonomie. Erstes Heft*, em MEGA², Seção II, vol. 2 (1980: 95–245; 100–1). [Marx, *Os pensadores* (1974: 136)].

¹⁶⁸ V. I. Lenin, “The Three Sources and Three Component Parts of Marxism,” em Lenin, *Collected Works*, vol. 19 (1973:23-8; 25).

¹⁶⁹ Churbanov, “Preface,” (1932: xvii–xviii).

Wood enfatiza que Marx raramente empregou tais “aforismos telegráficos” em outro lugar em seus escritos maduros, enquanto Arthur Prinz sugere que as suas características incomuns, assim como a sua descrição da revolução como um assunto razoavelmente tranquilo e distante, resultavam da necessidade de Marx de convencer o censor de que o *Para crítica* não representava nenhuma ameaça.¹⁷¹ Porém, minha leitura dos manuscritos de 1845-6 de Marx clareia recursos dentro de seu próprio pensamento para avaliar estas linhas de 1859. Os “resultados gerais” que ele apresenta ali são de fato, em grande parte, aqueles que ele havia derivado em 1846 “da observação do desenvolvimento histórico do homem,” ainda que apresente alguns deles de forma diferente. E assim como Marx registra no fragmento “5.” que estes resultados não podem ajudá-lo a compreender as épocas distintas, ele também aponta para seu emprego limitado na “Introdução” de 1857. Conforme ele explica ali,

todas as épocas da produção têm certas características comuns, certas determinações comuns. A *produção em geral* é uma abstração, mas uma abstração razoável, na medida em que, efetivamente sublinhando e precisando os traços comuns, poupa-nos a repetição. Esse *caráter geral*, contudo, ou este elemento comum, que se destaca através da comparação, é ele próprio um conjunto complexo, um conjunto de determinações diferentes e divergentes. Alguns desses elementos comuns pertencem a todas as épocas, outras são comuns a poucas. Certas

¹⁷⁰ Andrew Levine e Erik Olin Wright, “Rationality and Class Struggle,” *New Left Review* 1/123 (1980: 47–68; 47–50). A apresentação clássica desta teoria da história é aquela de G. A. Cohen, *Karl Marx’s Theory of History: A Defence* (1978).

¹⁷¹ Wood, *Democracy against Capitalism* (1995: 129); Arthur M. Prinz, “Background and Ulterior Motive of Marx’s ‘Preface’ of 1859,” *Journal of the History of Ideas* 30/3 (1969: 437–50; 446–50).

determinações serão comuns à época mais moderna e à mais antiga. Sem elas não se poderia conceber nenhuma produção...

A partir disso, Marx conclui que as “determinações que valem para a produção em geral devem ser precisamente separadas, a fim de que não se esqueça a diferença essencial por causa da unidade, a qual decorre já do fato de que o sujeito – a humanidade – e o objeto – a natureza – são os mesmos”.¹⁷² Então eram as diferenças entre as épocas que Marx procurava entender – e, em particular, a especificidade de seu próprio presente histórico.

O entendimento de Marx do “elemento comum” da produção não é insignificante, e vimos que os manuscritos de 1845-6 registram as conclusões que ele iria clarificar posteriormente e refinar conforme ele desenvolvia seu método. Porém, esse entendimento não era o objetivo de sua empreitada; sugerir que essas teses amplas das décadas de 1840 ou 1850 capturam sua concepção de história seria perder de vista o problema. Pois em ambos os momentos, Marx questionou as concepções de história que se contentam com “resultados gerais” e vendem abstrações, padrões prontos, e leis trans-históricas à custa de um entendimento das épocas por parte do crítico. O “modo de produção” se tornou um conceito histórico em “São Max” ao auxiliar a difícil tarefa que escapa àquelas abordagens – examinar como o tempo presente é constituído e pode ser feito de outra maneira.

Publicado em 12/01/2021

¹⁷² Marx, “Introduction,” (1980: 23) [MARX, *Os pensadores* (1974: 110-111)].

Original: JOHNSON, Sarah. “The Early Life of Marx’s ‘Mode of Production’”. *Modern Intellectual History*, 1–30, 2019 (<https://doi.org/10.1017/S1479244319000374>).

Reproduzido com permissão / reproduced with permission.

Tradução autorizada para formato eletrônico em língua portuguesa.

Agradecimentos da autora: *pelas conversas e comentários prestativos sobre os rascunhos iniciais deste ensaio, eu agradeço a Samuel Chambers, Robert Gooding-Williams, Daragh Grant, Ellen Kennedy, Diana Kim, Patchen Markell, Claire McKinney, Lucas Pinheiro, Jennifer Pitts, Nichole Marie Shippen, Brian Smith, Matthias Staisch, Kaushik Sunder Rajan, Yves Winter, Samuel Garrett Zeitlin, aos participantes do Workshops em Teoria Crítica do Programa de Amherst e dos Workshops de História Intelectual e Teoria Política, na Universidade de Chicago. Eu sou particularmente grata a Tracie Matysik, Terrell Carver e aos dois leitores anônimos por seus conselhos generosos.*

Referências bibliográficas

- ADORATSKIJ, V. “2. Die Richtlinien für die Redigierung der Manuskripte,” In: *Karl Marx, Friedrich Engels: Historisch-kritische Gesamtausgabe* (MEGA), Seção I, vol. 5. Berlin, 1932, p. ix–xix.
- ADORATSKIJ, V. “Einleitung.” In: *Karl Marx, Friedrich Engels: Historisch-kritische Gesamtausgabe* (MEGA), Seção I, vol. 5. Berlin, 1932, p. ix–xix.

- ARAN, F. A. “Recherches sur les signes et le diagnostic de l’insuffisance des valvules de l’aorte,” *Archives générales de médecine* 3 (15), p. 265–90, 1842.
- ARNOLD, T. *Observations on the Nature, Kinds, Causes, and Prevention of Insanity* 2. London, 1806.
- ARTHUR, C. J., “Editor’s Introduction,” In: K. Marx e F. Engels, *The German Ideology*. editado por C. J. Arthur. New York: International Publishers, 1970, p. 4–34.
- ARVON, H., “Une polémique inconnue: Marx et Stirner”. *Les temps modernes* 71 (7), p. 509–36, 1951.
- BEECHER J. e FOMICHEV V. N., “French Socialism in Lenin’s and Stalin’s Moscow: David Riazanov and the French Archive of the Marx–Engels Institute,” *Journal of Modern History* 78 (1), 119–43, 2006.
- BERLIN, I. *Karl Marx: His Life and Environment*. London, New York, Toronto: Oxford University Press, 1939.
- BEUTIN, Wolfgang et al. *A History of German literature: from the beginnings to the present day*. London: Routledge, 2005.
- BRECKMAN, W. *Marx, The Young Hegelians, and the Origins of Radical Social Theory: Dethroning the Self*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- BRENNER, R. “Bourgeois Revolution and Transition to Capitalism,”. In: A. L. Beier, D. Cannadine, e J. M. Rosenheim, (orgs.). *The First Modern Society: Essays in English History in Honour of Lawrence Stone*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989 p. 271–304.
- BROWNING G. K. B., “The German Ideology: The Theory of History and the History of Theory,” *History of Political Thought* 14 (3), p. 455–73, 1993.

- CARVER, T., BLANK, D. *A Political History of the Editions of Marx and Engels's "German Ideology Manuscripts"*. New York: Palgrave Macmillan, 2014.
- CARVER, T., BLANK, D. (eds.) *Marx and Engels's "German Ideology" Manuscripts: Presentation and Analysis of the Feuerbach chapter*. New York: Palgrave Macmillan, 2014
- CARVER, T. "Marx—and Engels's 'Outlines of a Critique of Political Economy'". *History of Political Thought* 4 (2), p. 357-365, 1983.
- CARVER, T. "Whose Hand is the Last Hand? The New MEGA Edition of 'The German Ideology'". *New Political Science* 41 (1), p. 140-148, 2019.
- CARVER T. "The German Ideology Never Took Place," *History of Political Thought* 31 (1), 2010, p. 107–27.
- CHAMBERS, S. A. *Bearing Society in Mind: Theories and Politics of the Social Formation*. London: Rowman & Littlefield, 2014.
- CHARTIER, R., *On the Edge of the Cliff: History, Language, and Practices*. Trad. L. G. Cochrane. London, Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1997.
- CHARTIER, R. *The Order of Books: Readers, Authors, and Libraries in Europe between the Fourteenth and Eighteenth Centuries*. Trad. L. G. Cochrane. Stanford: Stanford University Press, 1994.
- CHURBANOV, L., "Preface" In: *Marx/Engels Collected Works (MECW)*, Vol. 5. Moscow, London, New York: Lawrence & Wishart, 1976
- COHEN, G. A. *Karl Marx's Theory of History: A Defence*. Princeton: Princeton University Press, 1978.

- FÉTIS, M. F. J. “Revue succincte de la musique”. *Revue musicale* 5, p. 1–14, 1829.
- FEUERBACH, L. *The Essence of Christianity*. Trad. G. Eliot. Buffalo: Prometheus Books, 1989 [1841].
- GOLOWINA, G. “Das Projekt der Vierteljahrsschrift von 1845/1846: Zu den unsprünglichen Publikationsplänen der Manuskripte der ‘Deutschen Ideologie’”. In: *Marx-Engels-Jahrbuch*, vol. 3. Berlin, 1980, p. 260–74.
- HEGEL, G. W. F. *Werke*. Vol. 10/1. Ed. D. H. G. Hotho. Berlin: Duncker und Humblot, 1835.
- _____. *Werke*. Vol. 10/2. Ed. D. H. G. Hotho. Berlin: Duncker und Humblot, 1837.
- HERRES, J. *Marx und Engels: Porträt einer intellektuellen Freundschaft*. Ditzingen: Reclam Verlag, 2018.
- HESS, M. “Ueber das Geldwesen”. *Rheinische Jahrbücher zur gesellschaftlichen Reform* 1, p. 1-34, 1845.
- HOBSBAWM, E. J. “Introduction.”. In: K. Marx. *Pre-capitalist Economic Formations*. Trad. J. Cohen. New York: International Publishers, 1965, p. 9–65.
- HOOK, S. *From Hegel to Marx: Studies in the Intellectual Development of Karl Marx*. Columbia University Press, 1994.
- HOWARD, L. *The Climate of London* 1, 2 ed. London: [s. n.], 1833.
- LENIN, V. I. “The Three Sources and Three Component Parts of Marxism” In: *Lenin, Collected Works* 19. Moscow: Progress Publishers, p. 23–28, 1973.

- LEOPOLD, D. *The young Karl Marx: German philosophy, modern politics, and human flourishing*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- LEOPOLD, D. "A Solitary Life". In: S. Newman (org.). *Max Stirner*. New York: Palgrave Macmillan, p. 21–41, 2011.
- LEVINE, A., WRIGHT, E. O. "Rationality and Class Struggle". *New Left Review* 123 (1), p. 47–68, 1980.
- LIEDMAN, S. *A World to Win: The Life and Works of Karl Marx*. Trad. J. N. Skinner. London, New York: Verso Books, 2018 [2015].
- LOBKOWICZ N., "Karl Marx and Max Stirner," In: F. J. Adelman (orgs.). *Demythologizing Marxism*. Dordrecht, p. 64–95, 1969.
- MARX, K., "A Contribution to the Critique of Political Economy" (1859). Vol. 29 (1987) In: *Karl Marx, Frederick Engels: Collected Works (MECW)*, 50 vols. Moscow, London, New York: Lawrence & Wishart, 1975–2004.
- MARX, K., "Letters from the Deutsch-Französische Jahrbücher," In: *Marx/Engels Collected Works (MECW)* 3. Moscow, London, New York: Lawrence & Wishart, p. 133–45, 1975.
- MARX, K. *Capital: A Critique of Political Economy* 1. Trad. B. Fowkes. New York: Vintage, 1990.
- MARX, K. *Os pensadores*, vol.35. São Paulo: Abril cultural, 1974.
- MARX, K. "Comments on James Mill, *Éléments d'économie politique*," In: *Marx/Engels Collected Works (MECW)* 3. Moscow, London, New York: Lawrence & Wishart, 1975.

- MARX, K. “Contribution to the Critique of Hegel’s Philosophy of Law: Introduction,” In: *Marx/Engels Collected Works (MECW)*, Vol. 3. Moscow, London, New York: Lawrence & Wishart, p. 175–87, 1975.
- MARX, K. “Economic and Philosophic Manuscripts of 1844,” In: *Marx/Engels Collected Works (MECW)* 3. Moscow, London, New York: Lawrence & Wishart, p. 229–346, 1975.
- MARX, K. “Marginal Notes on Adolph Wagner’s Lehrbuch der politischen Oekonomie” In: *Marx/Engels Collected Works (MECW)* 24. Moscow, London, New York: Lawrence & Wishart, p. 531–59, 1989.
- MARX, K. “On the Jewish Question,” In: *Marx/Engels Collected Works (MECW)* 3. Moscow, London, New York: Lawrence & Wishart, p. 146–74, 1975.
- MARX, K. “Summary of Frederick Engels’ Article ‘Outlines of a Critique of Political Economy’” In: *Marx/Engels Collected Works (MECW)* 3. Moscow, London, New York: Lawrence & Wishart, p. 375–6, 1975.
- MARX, K; ENGELS, F. Die deutsche Ideologie, Kritik d. Neuesten dt. Philosophie in ihren Repräsentanten, Feuerbach B. u. Stirner u.d. dt. Sozialismus in seinen verschiedenen Propheten 1845-1846. In: *Marx-Engels Historisch-kritische Gesamtausgabe (MEGA I/5)*. Berlin: Marx-Engels Verlag, 1932.
- MARX, K; ENGELS, F. *Marx-Engels Gesamtausgabe (MEGA²)*. Vol I/2. Berlin: Dietz Verlag, 1982.
- MARX, K., ENGELS, F. *Marx-Engels-Gesamtausgabe (MEGA²)*. Vol I/5. Berlin: De Gruyter, 2017.

- MARX, K., ENGELS, F. *Marx-Engels-Gesamtausgabe* (MEGA²). Vol II/2. Berlin: Dietz Verlag, 1980.
- MARX, K., ENGELS, F. *Marx-Engels-Gesamtausgabe* (MEGA²). Vol III/8. Berlin: Dietz Verlag, 1990.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Marx-Engels Gesamtausgabe* (MEGA²) Vol IV/2. Berlin: Dietz Verlag, 1981.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Marx-Engels Gesamtausgabe* (MEGA²) Vol IV/3. Berlin: Dietz Verlag, 1998.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Marx-Engels Gesamtausgabe* (MEGA²) Vol IV/4. Berlin: Dietz Verlag, 1988.
- MARX, K.; ENGELS, F. “The German Ideology” In: *Marx/Engels Collected Works* 5. Moscow, London, New York: Lawrence & Wishart, 1976
- MARX, K.; ENGELS, F. *Collected Works (MECW)*, 50 Vols. Moscow, London, New York: Lawrence & Wishart, 1975–2004.
- MARX, K., ENGELS, F. *Werke (MEW)*, 46 Bände. Berlin: Dietz-Verlag (1958-1989).
- MARX, K., ENGELS, F. Die deutsche Ideologie. In MEW, Vol. 3, Berlin: Dietz-Verlag, 1978.
- MARX, K., ENGELS, F. “I. Feuerbach: Gegensatz von materialistischer und idealistischer Anschauung”. In: Rjazanov, D. (ed). *Marx-Engels Archiv: Zeitschrift des Marx-Engels-Instituts in Moskau*, vol. 1. Frankfurt am Main: [s. n.], 1926
- MCKENZIE, D. F., *Bibliography and the Sociology of Texts*. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 1999.
- MCKENZIE, D. F. *Bibliography and the Sociology of Texts*. London: Cambridge University Press, 1986.

- MCLELLAN, D. (ed.) *Karl Marx: Selected Writings*. Oxford: Oxford University Press, 1977
- MCLELLAN, D. *Karl Marx: His Life and Thought*. London, Basingstoke: The Macmillan Press LTD, 1973.
- MEHRING, F. *Karl Marx: The Story of his Life*. Trad. E. Fitzgerald. London, New York: Routledge, 1973 [1918].
- MEVISSSEN, G. “Minutes of the General Meeting of Shareholders of the Rheinische Zeitung, February 12, 1843” In: *Marx/Engels Collected Works (MECW)*, Vol. 1. Moscow, London, New York: Lawrence & Wishart, p. 712–24, 1975.
- MUSTO, M. “Marx in Paris: Manuscripts and Notebooks of 1844,” *Science & Society* 73 (3), p. 386–402, 2009.
- OSBORNE, P. *How to read Marx*. London: Granta Books, 2005.
- OWGAN, H. *Miscellanea Homerica*. Dublin, 1840.
- PAGEL, U., HUBMANN, G., WECKWERTH, C. “Apparat” In: MARX, K., ENGELS, F. *Marx-Engels-Gesamtausgabe (MEGA²)*. Vol I/5. Berlin: De Gruyter, 2017.
- PASCAL, R., “Introduction”. In: KARL, M; ENGELS, F. *The German Ideology*. Parts I and III. New York, 1939.
- PAXTON, J. Paxton’s Magazine of Botany 6, London, 1839.
- PRINZ, A. M. “Background and Ulterior Motive of Marx’s ‘Preface’ of 1859”. *Journal of the History of Ideas* 30 (3), p. 437-450, 1969.
- RJAZANOV, D. *Marx-Engels Archiv: Zeitschrift des Marx-Engels-Instituts in Moskau*, vol. 1. Frankfurt am Main: [s. n.], 1926.

- ROJAHN, J. “The Emergence of a Theory: The Importance of Marx’s Notebooks Exemplified by Those from 1844”. *Rethinking Marxism* 14 (4), p. 29-46, 2002.
- ROSE, M. A., *Marx’s Lost Aesthetic: Karl Marx and the Visual Arts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- ROSE, S. *Jewish Philosophical Politics in Germany, 1789-1848*. Waltham: Brandeis University Press, 2014.
- ROYAL NETHERLANDS ACADEMY OF ARTS AND SCIENCE. International Institute of Social History, 2020. Karl Marx/ Friedrich Engels Papers, A 11. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10622/ARCH00860>. Acesso em 2 de junho de 2020.
- SAY, J. *Traité d’économie politique*. Paris: 1817.
- SCHULZ, W. *Die Bewegung der Production*. Zurich: [s. n.], 1843.
- SIGWART, G. K. L. “Bemerkungen über einige Gegenstände der thierischen Chemie”. *Deutsches Archiv für die Physiologie* 1/2, 1815, 202–20.
- SKARBEK, F. *Théorie des richesses sociales* 2, Paris, 1829.
- SPERBER, J. *Karl Marx: A Nineteenth-century Life*. New York, London: WW Norton & Company, 2013.
- STEDMAN JONES, G. *Karl Marx: Greatness and Illusion*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2016.
- STEPELEVICH, L. S. “The Revival of Max Stirner”. *Journal of the History of Ideas* 35 (2), p. 323-328, 1974.
- STIRNER, M. *The Ego and Its Own*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995 [1845].

- TAUBERT, I. “Wie entstand die Deutsche Ideologie von Karl Marx und Friedrich Engels? Neue Einsichten, Probleme und Streitpunkte”. In: Studienzentrum Karl-Marx-Haus (ed.). *Studien zu Marx’ erstem Paris-Aufenthalt und zur Entstehung der Deutsche Ideologie*. Trier: Karl-Marx Haus, 1990, p. 9–87.
- TAUBERT, I. PELGER, H. “Einführung”. In: *Marx-Engels-Jahrbuch* 2003. Berlin: Akademie Verlag GmbH , 2004. p. 5*–28*.
- THOMAS, P. “Karl Marx and Max Stirner”. *Political Theory* 3 (2), p.159– 79, 1975.
- TUCKER, R. (ed.) *The Marx–Engels Reader*. New York, London: WW Norton & Company, 1978.
- WOOD, E. M. *Democracy against Capitalism: Renewing Historical Materialism*. Cambridge University Press: Cambridge, 1995.